

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PROGRAMA ACADÊMICO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA  
MESTRADO ACADÊMICO EM ECONOMIA**

**BRUNA MARIA DIAS DOS SANTOS**

**AS DIRETRIZES DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E SUAS  
CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA BAIANA (2011-2018)**

**SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2021**

**BRUNA MARIA DIAS DOS SANTOS**

**AS DIRETRIZES DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E SUAS  
CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA BAIANA (2011-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico

Orientador: Prof. Dr. Olinto Silveira Alves Filho

SÃO CRISTÓVÃO/SE  
2021

**BRUNA MARIA DIAS DOS SANTOS**

**AS DIRETRIZES DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS E SUAS  
CONSEQUÊNCIAS PARA A ECONOMIA BAIANA (2011-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa Acadêmico de Pós-Graduação em Economia da Universidade Federal de Sergipe, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Economia.

Área de Concentração: Desenvolvimento Econômico

São Cristóvão, SE - 25 de Março de 2021.

**Banca Examinadora**

---

**Presidente e Orientador: Prof. Dr. Olinto Silveira Alves Filho**  
Universidade Federal de Sergipe

---

**Membro Titular: Prof. Dr. Paulo Sergio Souza Ferreira**  
Universidade Federal de Sergipe

---

**Membro Titular: Prof. Dra. Christiane Senhorinha Soares Campos**  
Universidade Federal de Sergipe

---

**Membro Externo: Prof. Dr. André Martins Biancarelli**  
Universidade Estadual de Campinas

## AGRADECIMENTOS

Consegui concluir um mestrado em um país localizado na periferia do capitalismo, mais precisamente em um Estado pobre e repleto de desigualdades, se torna uma grande conquista, que merece, portanto, ser partilhada com todos aqueles que contribuíram para essa etapa. Inicialmente, agradeço à Deus e a intercessão de Nossa Senhora pelas graças alcançadas. Dentre elas, a graça de enviarem à terra os melhores anjos da guarda que eu poderia ter, os meus amorosos pais, com destaque a minha mãe que sempre me apoiou em todas as minhas decisões, mesmo não concordando com a metade delas. Obrigada pelo cuidado de sempre e pelas boas gargalhadas. Te amo, bolinho. Estendo meus agradecimentos a outras três incríveis mulheres que fizeram a diferença nessa etapa: Taíse, Irlane e Vitória. Obrigada por todo o suporte e fraternidade.

Nessa lista, não poderiam faltar os meus amigos de “conquista/Uesb”, que sempre me apoiam nas mais loucas aventuras e não foi diferente nessa. Aos áudios zoados, materiais compartilhados, aos barzinhos para contar as peripécias longe de casa, às viagens de verão para me fazer esquecer do mestrado (por alguns dias, é claro). Vocês fizeram a diferença demais e se preparem que 2021 tem o doutorado para vocês embarcarem comigo.

No que tange ao Nupec, agradeço aos bons encontros e partilhas presentes nesses dois anos. Em especial aos companheiros de estudos, refeições no RU, piscina/almoços de domingo, desabafos e de muitas histórias para posteridade. Que a gente possa se reencontrar no Sudeste, foi um prazer tê-los comigo nessa jornada, Erick e Douglete, até breve!

Ao meu orientador Dr. Olinto, obrigada por todos os ensinamentos e incentivo durante o mestrado. Ao professor Dr. Paulo Sergio por todas as considerações na qualificação e ajuda nos processos de seleção do doutorado, principalmente na Unicamp. A professora Dr. Fernanda pelas orientações no estágio de docência e por todas as palavras de carinho e estímulo. Ao professor Dr. Marco Jorge pela paciência em me ensinar a utilizar variáveis instrumentais e me orientar com métodos econométricos. Por fim, agradeço a professora Dr. Christiane Senhorinha e ao professor André Biancarelli por terem aceitado participar dessa banca e pelas futuras contribuições. A Fundação de Apoio à Pesquisa e à Inovação Tecnológica do Estado de Sergipe (FAPITEC/SE) pela bolsa concedida que possibilitou a realização da presente pesquisa.

## RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo geral avaliar as consequências sociais e econômicas advindas da utilização de políticas neoliberais para a economia baiana no período 2011 – 2018. Especificamente, o trabalho busca responder a seguinte problemática: as políticas neoliberais estabelecidas na economia brasileira, entre os anos de 2011 a 2018, trouxeram benefícios socioeconômicos para o Estado da Bahia e sua população? Para tanto, a pesquisa desenvolvida, considerando seu objetivo geral, será efetuada a partir do método dedutivo. Dessa forma, inicialmente, realiza-se um resgate das contribuições teóricas de autores que discutam sobre os impactos das políticas neoliberais nas economias centrais e em desenvolvimento, afim de que o leitor possa compreender a dinâmica dessas políticas e seus impactos a nível nacional e estadual. Posteriormente, foi empregada a análise do comportamento de algumas variáveis macroeconômicas – produto, emprego e gastos públicos, de maneira que foi possível investigar as estruturas orçamentárias e os níveis de investimento público para o Estado da Bahia. A hipótese geral defendida aqui é que, a efetiva implementação das políticas neoliberais, no período estudado, não apenas produziu resultados econômicos desastrosos (aumento da concentração de renda; diminuição ou mesmo queda do PIB; aumento do desemprego e diminuição da renda, etc.), mas também provocou o enfraquecimento do papel dos instrumentos macroeconômicos de dinamização da demanda agregada.

**Palavras-Chave:** Neoliberalismo. Política de austeridade. Economia pós-keynesiana. Economia baiana.

## **ABSTRACT**

This dissertation has the general objective of evaluating the social and economic consequences arising from the use of neoliberal policies for the bahian economy in the period 2011 - 2018. Specifically, the work seeks to answer the following problem: the neoliberal policies established in the Brazilian economy, between the years of 2011 to 2018, brought socioeconomic benefits to the State of Bahia and its population? Therefore, the research developed, considering its general objective, will be carried out using the deductive method. Thus, initially, there is a rescue of the theoretical contributions of authors who discuss the impacts of neoliberal policies on central and developing economies, so that the reader can understand the dynamics of these policies and their impacts at national and state level. Subsequently, the analysis of the behavior of some macroeconomic variables - product, employment and public spending - was used, so that it was possible to investigate budget structures and levels of public investment for the State of Bahia. The general hypothesis defended here is that, the effective implementation of neoliberal policies, in the studied period, not only produced disastrous economic results (increase in income concentration; decrease or even fall in GDP; increase in unemployment and decrease in income, etc.) , but it also weakened the role of macroeconomic instruments to boost aggregate demand.

**Keywords:** Neoliberalism. Austerity policy. Post-Keynesian economics. Baiana economy.

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 – Taxa Anual de Crescimento (%) do PIB (2011-2014)	<b>63</b>
Figura 2 – Despesas em Juros e encargos da Dívida versus Investimentos nas principais áreas de atuação (educação, saúde e segurança pública) – 2011-2014	<b>67</b>
Figura 3 - Despesas em Juros e encargos da Dívida versus Investimentos nas principais áreas de atuação (educação, saúde e segurança pública) – 2015-2018	<b>74</b>

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Principais indicadores socioeconômicos: Bahia, São Paulo, Brasil – 1999 (%)	<b>47</b>
Tabela 2 - Despesas primárias do Governo Central – 2011 a 2014	<b>59</b>
Tabela 3 - Resultado Orçamentário do Estado da Bahia (2011-2014)	<b>66</b>
Tabela 4 – Comportamento do Mercado de Trabalho por Gênero e Setor – 2015	<b>71</b>
Tabela 5 - Resultado Orçamentário do Estado da Bahia (2013-2018)	<b>76</b>

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>10</b>
<b>1 O PAPEL DO ESTADO E DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NA PERSPECTIVA PÓS-KEYNESIANA E NEOLIBERAL</b>	<b>15</b>
1.1 O PAPEL DO ESTADO: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS	15
1.2 JOHN MAYNARD KEYNES E PÓS-KEYNESIANOS	18
1.2.1 <i>Políticas Monetárias</i>	20
1.2.2 <i>Políticas Fiscais</i>	23
1.3 DA CRISE DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL À ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO	27
1.4 A “ERA DOS FERNANDOS”: BREVE PANORAMA DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL	32
<b>2 A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BAIANA</b>	<b>37</b>
2.1 O FIM DO ATRASO?	37
2.2 BAHIA: TERRA DE TODOS NÓS?	44
2.2.1 <i>A Economia Baiana – 2010</i>	51
<b>3 OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA ECONOMIA BAIANA 2011 – 2018</b>	<b>57</b>
3.1 O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 2011-2018	57
3.2 O PRIMEIRO CICLO DA ECONOMIA BAIANA (2011-2014)	62
3.3 O SEGUNDO CICLO DA ECONOMIA BAIANA (2015-2018)	69
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>78</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>81</b>

## INTRODUÇÃO

As políticas neoliberais começaram a ser configuradas nas economias centrais a partir do desmonte dos acordos de Bretton Woods (1973) e da desregulamentação dos fluxos internacionais de capitais no transcorrer de toda a década de 1970, fazendo surgir novas regras no Sistema Monetário Internacional (SMI), tendo como fundamentos: o alto grau de mobilidade de capitais, o regime de câmbio flutuante e o fortalecimento do formato fiduciário da moeda no cenário internacional (PRATES, 2002).

Nas economias em desenvolvimento, a exemplo dos países que compõem a América do Sul, tais mecanismos foram sintetizados pela adesão à reformas estruturais baseados no Consenso de Washington (1989). Tais regras de ajuste econômico incluíam os processos de privatizações, reduções dos gastos primários do governo e a determinação das taxas de juros e câmbio competitivo, gerando por sua vez, o enfraquecimento do papel do Estado no que tange à condução das políticas econômicas.

Como resultado, o que se observou foi que esse processo de integração financeira internacional, nos quais se destacam pela liberalização dos mercados, não possibilitaram às economias emergentes elevarem sua produtividade via captação de poupança externa. Culminando na fragilidade financeira de suas economias, assim como a subordinação desses países aos fluxos internacionais de capitais (FILGUEIRAS, 2006; EICHENGREEN; LEBLANG, 2003).

Essas disparidades, no que tange a implementação das políticas neoliberais nos países em desenvolvimento, suscitaram inúmeras discussões no debate econômico, incidindo, por sua vez, em diversos estudos sobre a realidade brasileira. No entanto, pouco se discute sobre o impacto dessas políticas a nível de estados e regiões, sobretudo, em áreas que apresentem condições socioeconômicas desfavoráveis. Ou seja, regiões e estados que têm em comum as seguintes características: baixos níveis do índice de desenvolvimento humano (IDH); altos índices de informalidade no mercado de trabalho; limitado acesso aos serviços e infraestrutura pública, dentre outros aspectos.

Pensando nessa lacuna existente no debate econômico, este trabalho se propõe a analisar as consequências sociais e econômicas do uso de políticas de austeridade no Estado da Bahia, levando em consideração os resultados deletérios encontrados em diversos parâmetros.

De acordo com o DATASUS (2020), dos Estados brasileiros, a Bahia apresentou um índice de Gini em 2010 de 0,6278, próximo ao do Nordeste (0,6277), mas figurando-

se, comparativamente com outros estados desta região, entre os quatro menos desiguais – o Rio Grande do Norte é o Estado com menor índice, portanto, menos desigual. Em consonância com esses dados, encontrou-se também na Bahia dificuldades no acesso à infraestrutura pública, a exemplo do serviço de energia elétrica, que por sua vez, apresentou resultados próximos a universalização nos demais estados da Região Nordeste, ao passo que na Bahia atingiu os menores percentuais, 96,45% do acesso (SANTOS, 2017).

Nessa direção, um outro parâmetro muito utilizado para aferir a qualidade de desenvolvimento socioeconômico de uma determinada Região é o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). No caso do Estado da Bahia, o nível médio estava em 0,660 (em 2010), ou seja, na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM), entre 0,600 e 0,699. Apesar do IDH ter se apresentado dentro da faixa do IDHM, tais resultados são inferiores ao encontrados por outros estados nordestinos, a exemplo de Sergipe, Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte (este último com o maior índice do Nordeste, 0,684) (SANTOS, 2017; ATLAS, 2020).

Ademais, sabe-se que o IDH é formado por três dimensões: educação, renda e longevidade. Sendo assim, verifica-se que, das três dimensões que o compõem, o Estado da Bahia está pior colocado na dimensão educação. De fato, quando se observa, por exemplo, o percentual de ocupados com nível de educação superior completo (7,97%), verifica-se também que o Estado da Bahia está nas últimas colocações, em relação aos outros estados do país, só não superando, no Nordeste, o Estado do Maranhão (7,17%) (SANTOS, 2017; ATLAS, 2020).

No tocante às desigualdades no mercado de trabalho, tem-se que a média de desocupação entre os anos de 2012 a 2018, comparadas à média brasileira, foi mais expressiva no Nordeste, atingindo nos dois últimos anos desse período o total de 15,1% e 14,8% ao passo de uma média brasileira de 12,7% e 12,2%. Esses resultados, possuem relação com o comportamento de alguns estados da região Nordeste, a exemplo de Pernambuco e Bahia, que apresentaram as maiores taxas de desocupação no 3º trimestre de 2017, respectivamente 17,9% e 16,6%. Todavia, quando se agrega outros indicadores relacionados a subutilização da força de trabalho os resultados observados se apresentam de forma mais expressiva no Estado da Bahia (40,1%) (IBGE, 2020; PRONI, 2017).

Ainda no que tange ao mercado de trabalho baiano, podemos destacar também os dados de desocupação para a população negra da região metropolitana de Salvador (RMS), onde de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da

Bahia – SEI (2018), em 2016 o contingente de desempregados se configurou em cerca de 32,4%.

Por sua vez, esses dados comportam forte relação com os resultados encontrados no Censo do IBGE (2010) para o Estado da Bahia, neles, os negros, juntamente com os pardos e indígenas, ocupavam maior número de empregos sem carteira de trabalho assinada, o que implica em maiores dificuldades no acesso aos direitos trabalhistas e demais benefícios vinculados à seguridade social. Em suma, os dados nos mostram que tanto em situação de ocupação, quanto de desocupação, a população não branca da Bahia é a mais exposta à vulnerabilidade econômica e social (SANTOS, 2017).

Essa maior precarização do trabalho encontrada no grupo dos negros, pardos e indígenas, juntamente com outras possíveis disparidades: gênero/sexo, cor/etnia, acesso a renda, educação, infraestrutura pública e desenvolvimento humano, tendem a se acentuar em períodos de recessão econômica, o que nos leva a ressaltar a importância do estudo das políticas neoliberais e suas consequências econômicas e sociais, mais precisamente a arguição da economia baiana quando nos referimos à disparidades advindas do uso de políticas neoliberais.

Além desse recorte geográfico, no caso desta investigação, o Estado da Bahia, faz-se necessário um recorte temporal para que seja possível destacar os impactos socioeconômicos no transcurso de determinada trajetória; possibilitando, assim, o rigor da análise dinâmica do objeto estudado. Para tanto, o período proposto para esta pesquisa é o intervalo entre os anos de 2011 a 2018, enfatizando dois cenários para a economia baiana, um de baixo crescimento e outro de decréscimo.

Esses dois cenários se relacionam com o período de desaceleração da economia brasileira; sendo assim, no primeiro período (2011 – 2014) revela a situação de uma economia que apresentava continuidade a algumas políticas de austeridade adotadas nos anos 1990 e 2000, a exemplo da manutenção do tripé-macroeconômico. No entanto, essas medidas foram acompanhadas do uso de políticas que visavam elevar o crescimento econômico e social, a exemplo das políticas de valorização do salário mínimo.

Em oposição ao primeiro quadriênio, o segundo período (2015-2018), destaca-se pelo baixo estímulo da produção e da renda, bem como o aumento do desemprego. Essa nova dinâmica, tem relação com a crise política e econômica vivenciada pela economia brasileira. Nesse cenário, a continuidade pela adoção das políticas de austeridade, não foram acompanhadas de medidas que tradicionalmente fomentem a dinamização da

demanda agregada. Fazendo com que as políticas neoliberais se apresentem de forma mais acelerada e degradante em períodos recessivos.

Sendo assim, o uso desses dois períodos para a análise da economia baiana tem como objetivo, verificar o comportamento do estado, frente às mudanças no desenvolvimento das políticas econômicas e no papel do Estado na economia brasileira, ou seja, identificar se houve o agravamento desses indicadores nesses diferentes ciclos, levando em consideração as condições socioeconômicas desfavoráveis nas quais a Bahia está inserida: pobreza; informalidade; baixo acesso aos serviços e infraestrutura pública.

Deste modo, busca-se responder ao seguinte problema central: As políticas neoliberais estabelecidas na economia brasileira, entre os anos de 2011 a 2018, trouxeram benefícios socioeconômicos para o Estado da Bahia e sua população? Essa questão nos sugere a seguinte hipótese geral: Essas políticas não apenas produziram resultados econômicos desastrosos (aumento da concentração de renda; diminuição ou mesmo queda do PIB; aumento do desemprego e diminuição da renda etc.), mas também provocaram o enfraquecimento dos instrumentos macroeconômicos de dinamização da demanda agregada.

Portanto, o objetivo geral deste trabalho é avaliar as consequências sociais e econômicas advindas da utilização de políticas neoliberais para a economia baiana no período 2011 – 2018. Este objetivo é desmembrado em objetivos específicos, quais sejam: Investigar como o papel do Estado e das políticas econômicas se alteraram após o processo de industrialização na Bahia; Examinar como se deu a execução das políticas neoliberais no Estado da Bahia, no período de 2011 – 2018 a partir do comportamento das variáveis macroeconômicas: produto, emprego e gastos públicos.

A pesquisa desenvolvida, considerando seu objetivo geral, será efetuada a partir do método dedutivo. Dessa forma, inicialmente, será feito um resgate das contribuições teóricas de autores que discutam sobre os impactos das políticas neoliberais nas economias centrais e em desenvolvimento, afim de que o leitor possa compreender a dinâmica dessas políticas e seus impactos a nível nacional e estadual.

Posteriormente, a pesquisa realizará a análise do comportamento de algumas variáveis macroeconômicas, quais sejam: o produto; o emprego; e os gastos públicos. A partir dessas variáveis, será possível investigar os resultados orçamentários, os níveis de investimento público e como se expressam o papel do Estado e das políticas econômicas na Bahia diante do avanço das políticas neoliberais no cenário nacional. No que tange aos dados utilizados, a fonte principal são as bases de dados fornecidas por agências de

pesquisas e instituições governamentais, tais como: Portal Oficial do Estado da Bahia, SEI, Etene, Secretária da Fazenda e CAGED.

Além desta introdução e das considerações finais, o presente trabalho está estruturado em três capítulos. No primeiro capítulo são apresentadas as principais discussões abordadas por Keynes e pelas teorias pós-keynesianas e neoliberais no que tange ao papel do Estado e das políticas econômicas. Espera-se, com o auxílio desse esteio teórico compreender como se desenvolveram as políticas neoliberais no Brasil e quais os seus impactos sobre a economia baiana.

Posteriormente, no segundo capítulo, são apresentados os traços históricos que desencadearam no desenvolvimento das políticas neoliberais na Bahia, apresentando como ponto de partida a trajetória da economia baiana após a década de 1950, período este que se caracterizou por apresentar grandes transformações estruturais no Estado da Bahia, incluindo os ciclos de bonança e estagnação presentes no desenvolvimento do Estado via processo de industrialização.

Por fim, tendo em vista as discussões referentes ao desenvolvimento das políticas neoliberais sobre a economia brasileira, o último capítulo, analisa-se a partir do comportamento das variáveis macroeconômicas: produto, emprego e gastos públicos, os impactos dessas políticas sobre a economia baiana no período de 2011-2018. Concebendo, dessa maneira, os instrumentos para aceitação da hipótese geral deste trabalho, no qual admite-se que as políticas neoliberais trouxeram resultados socioeconômicos deletérios para a população baiana.

## **1 O PAPEL DO ESTADO E DAS POLÍTICAS ECONÔMICAS NA PERSPECTIVA PÓS-KEYNESIANA E NEOLIBERAL**

Este capítulo tem como objetivo resgatar, nas principais discussões pós-keynesianas e neoliberais, o papel do Estado e das políticas econômicas. Espera-se, com o auxílio desses elementos, compreender como se desenvolveram as políticas neoliberais no Brasil e quais os seus impactos sobre a economia baiana, sendo este último o principal propósito deste trabalho.

Para isso, na primeira seção, será abordado, de maneira sucinta, o papel do Estado e os motivos que o levam a intervir na economia. Nas discussões preliminares, verificou-se que esse debate não se apresenta de maneira consensual, destacando-se aqui as visões antagônicas dos adeptos das teorias pós-keynesianas e os neoliberais.

Afim de expandir essas visões, a segunda seção apresentará a versão de Keynes e da teoria pós-keynesiana sobre o papel do Estado e das políticas econômicas na gestão da demanda agregada. A seção contempla ainda duas subseções, a primeira referente às políticas monetárias e a última sobre às políticas fiscais.

Em seguida, a pesquisa partirá para a análise dos fundamentos e do processo de disseminação da teoria neoliberal, tendo a crise de acumulação do capital como ponto de partida para o fortalecimento dessas políticas. Por fim, com o propósito de apresentar uma discussão mais próxima da nossa realidade, a última seção contará com o panorama sobre a implementação das diretrizes das políticas neoliberais no Brasil e os seus desdobramentos no desenvolvimento das políticas econômicas.

Com a elaboração desse capítulo espera-se obter um melhor embasamento sobre os efeitos do neoliberalismo, principalmente em países subdesenvolvidos, com o intuito de utilizá-los na interpretação posterior dos impactos dessas políticas sobre a economia baiana.

### **1.1 O PAPEL DO ESTADO: APONTAMENTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS**

No campo da perspectiva crítica existem diversas caracterizações referentes ao Estado. De antemão, podemos destacar o papel do Estado nas sociedades antigas, na qual, o mesmo servia de instrumento de dominação das oligarquias. Já nas sociedades liberais do século XIX, o Estado se apresentava como forma de dominação da classe burguesa. Por fim, nas sociedades democráticas, mesmo existindo classes dominantes, “[...] o

Estado é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação e da sociedade civil” (BRESSER PEREIRA, p.117, 2010).

Esse possível descolamento do Estado, frente às classes dominantes, ocorre, de acordo com Bresser Pereira (2010), devido ao processo de desenvolvimento e fortalecimento político da sociedade civil, o que torna o Estado instrumento da “ação coletiva da sociedade”. No entanto, esse fortalecimento da sociedade civil, não foi desenvolvido de forma homogênea em todos os países. Por exemplo, na América Latina, mesmo após a independência dos diversos países que a compõem, havia ainda muitos obstáculos, dado a subordinação econômica em relação à Inglaterra e demais potências, o que levou a um processo mais lento no que se refere ao “fortalecimento” da sociedade civil no século XX.

Nessa linha de pensamento, é possível trazer para o debate outros aspectos que se relacionam com as motivações e justificativas teóricas para as necessárias intervenções do Estado na economia, principalmente nas economias capitalistas. Tais motivos tendem naturalmente a fortalecer a possibilidade de rejeição do modelo de concorrência perfeita<sup>1</sup>, já que nesse modelo o sistema de mercado funciona de maneira coesa e sem falhas, o que levaria a não necessidade de intervenções do Estado na economia.

No entanto, o mundo “real”, assim como o conhecemos, não comporta tais postulados clássicos, principalmente no que tange à pretensa obtenção da produção ótima advinda do setor privado. De fato, frequentemente, os adeptos das teorias neoclássicas apontam para a existência de maior eficiência do setor privado frente ao Estado, pois acreditam que a presença mais incisiva do Estado reduz as possibilidades de liberdade e desenvolvimento dos mercados.

Sendo assim, a efetiva existência de lacunas no modelo de concorrência perfeita, do ponto de vista das experiências da vida real, tanto do Estado quanto das empresas e dos mercados, fazem com que a intervenção do Estado se apresente como um dos mecanismos para que seja possível a ocorrência da alocação ótima dos níveis de produção de bens e serviços. Normalmente, esse processo é feito paralelamente com o setor privado.

---

<sup>1</sup> Modelo criado pela escola de pensamento clássica que se pauta na suposição da existência de um mercado atomizado (centenas de produtores e consumidores), com os preços formado pela competição entre as empresas. [...] consumidores que atuam em igualdade de condições (informação). [...] O progresso técnico não é uma variável relevante para explicar a dinâmica econômica (De TONI, p. 14, 2010).

Essas possibilidades de intervenções do Estado costumam aparecer com frequência nos manuais e livros de “Economia do Setor público”. Neles, além da possibilidade de contornar os efeitos das falhas de mercado<sup>2</sup>, o Estado pode desenvolver outras três funções, sendo elas: a alocação, a redistribuição e a estabilização. Na função alocativa o Estado se apresenta como provedor de determinados bens e serviços à sociedade, como, por exemplo, a iluminação e a segurança pública. Esses bens públicos, tem como característica a não exclusão dos indivíduos (diferentemente dos bens privados, que o consumo de determinado bem por um indivíduo tende a excluir o consumo dos demais) (De TONI, 2010).

Nesse sentido, como não é interessante/desejável para o setor privado produzir certos bens e serviços, o Estado emerge assumindo tal função. Ademais, quanto à função redistributiva, o seu propósito é minimizar os efeitos de disparidades sociais e econômicas. Para isso, são desenvolvidos mecanismos e políticas públicas para o enfrentamento dessas desigualdades, como os incentivos fiscais e os subsídios que estimulam o consumo de famílias de baixa renda. Por fim, a função estabilizadora se pauta na reunião de ações do governo para manter a estabilização do pleno emprego, do crescimento econômico, das taxas de juros e câmbio, dentre outros preços da economia. Essas ações normalmente são desenvolvidas pelas principais políticas macroeconômicas, dentre as quais, a política fiscal, monetária e cambial (De TONI, 2010).

Como apresentado nesse breve panorama das funções destinadas ao Estado, é latente a extensão das mesmas sobre o desenvolvimento das políticas econômicas. No entanto, o papel do Estado, via de regra, não é concebido de forma consensual. Assim, entre as muitas vertentes presentes no debate econômico, temos os autores adeptos da teoria ortodoxa, sintetizadas aqui pelas escolas neoclássica e neoliberal.

Nessa concepção, a presença do Estado é vista com algumas limitações. Para os clássicos e neoliberais, a função do Estado se reserva à garantia dos direitos a propriedade privada e investimentos nas áreas de saúde, educação e segurança. Quanto às decisões econômicas, deveria se ter o mínimo de intervenção estatal. Sendo assim, não é plausível a persistência de políticas fiscais expansionistas, a exemplo daquelas que consistem em

---

<sup>2</sup> Falhas de Mercado: situações ou eventos em que o equilíbrio e a otimização dos fatores produtivos não podem ser atingidos sem que haja uma intervenção externa. Esta intervenção externa é exatamente a origem da atuação do Estado na economia. Há basicamente três tipos de falhas de mercado: aquela relacionada à existência de bens públicos puros, as economias de escala e indivisibilidades de certos bens e serviços produzidos pelo setor privado e aquela relacionada aos bens de propriedade comum, cujo consumo não permite exclusão, como os recursos naturais (petróleo, por exemplo) (De TONI, p. 24, 2010).

aumentos dos gastos do governo, a motivação decorre do fato dessas ações acarretarem em desequilíbrios fiscais. Por sua vez, a solução para essa problemática pauta-se no controle rígido das despesas públicas e em geral na adoção de políticas de austeridade fiscal.

Em contraste a essa posição, os adeptos das teorias heterodoxas, apontam para a importância das intervenções do Estado na economia principalmente como elemento para que se possa atenuar os efeitos recessivos das crises. Nesse debate, se destacam as contribuições de Keynes e da teoria pós-keynesiana segundo as quais os gastos públicos não são vistos como vilões das contas públicas - tais dispêndios estatais são relevantes, tanto em momentos de crises, quanto nos de prosperidade - e não devem se restringir aos gastos de alguns setores específicos como preconizam os adeptos da teoria ortodoxa.

Feita esta breve introdução, os tópicos a seguir, apresentam, com mais riqueza de detalhes, essas diferentes perspectivas no que tange ao papel do Estado e das políticas econômicas, de modo que algumas referências se mostram fundamentais para a discussão e serão trabalhadas no próximo tópico deste capítulo.

## **1.2 JOHN MAYNARD KEYNES E PÓS-KEYNESIANOS**

Como destacado no item precedente, o papel do Estado e das políticas econômicas não se apresenta de forma homogênea no debate econômico, principalmente em economias capitalistas que, dentre muitas características, se destacam pela sua natureza instável, ou seja, é presente a existência de crises e desemprego em suas estruturas. Esses fatos tendem a colocar em xeque os mecanismos de auto regulação que impossibilitam a existência de crises de superprodução, a exemplo dos mecanismos de ajuste perfeito dos níveis de oferta e demanda contidos nos postulados clássicos.

Em contradição com essa visão ortodoxa, Keynes e os adeptos da teoria pós-keynesiana<sup>3</sup> apontam para o caráter instável das economias capitalistas, na qual Keynes descreve também como “economias empresarias” ou “economias monetárias de produção”, estas denominações são utilizadas pelo autor por enfatizar, dentre outras características, o papel exercido pela moeda na economia. Nas palavras de Terra e Filho (2014, p. 01):

---

<sup>3</sup> A teoria pós-Keynesiana pode ser considerada um resgate à teoria de Keynes, principalmente pelo fato de partilharem de ideias comuns a teoria Keynesiana, dentre elas: a importância da incerteza e o princípio da Demanda Efetiva de Keynes, negligenciada pela síntese neoclássica (SNOWDON; VANE, 2005).

“[...] A característica essencial de uma economia monetária é que a moeda não é apenas um meio de troca, mas é um ativo capaz de resguardar as alterações nas expectativas dos agentes, pois reserva poder de comando sobre a riqueza social ao longo do tempo, possuindo liquidez máxima para saldar tanto transações à vista quanto pagamentos futuros”.

Além do papel exercido pela moeda, outro elemento capaz de mitigar os efeitos dessa instabilidade estaria pautada na intervenção do Estado. Nesse sentido, a presença do Estado é vista como condição complementar para o ordenamento das economias capitalistas, Já que sozinha, a iniciativa individual, preconizada pelo *laissez-faire*, não consegue promover o interesse social. Assim, recairia sobre o Estado o papel de atuar nas decisões de nível de investimento, crédito, controle de moeda, desemprego, expectativas, dentre outros (CORAZZA, 1985).

Como preconizada por Keynes (2012), a essência instável das economias monetárias também se associa ao ambiente de expectativas e incertezas sobre o futuro em que as decisões dos agentes são tomadas. O agente econômico da teoria keynesiana não possui todas as informações disponíveis, diferentemente do agente racional, tratado pela teoria neoclássica, que em sua tomada de decisões, possui todas as informações possíveis. Sendo assim, ele formula suas expectativas a partir das informações que possui, alterando sua estratégia em função de qualquer mudança no cenário – novas informações que possam surgir.

É a incerteza que impacta nas decisões de investimento e preferência pela liquidez, ela se torna o elemento que condiciona as decisões dos agentes econômicos ao reter moeda ao invés de gastá-las, gerando flutuações na demanda efetiva. Por sua vez, essas flutuações surgem por conta da natureza do princípio da demanda efetiva, de maneira que são elas que induzem os níveis de gastos que determinam o quantitativo de renda, emprego e produto. Assim, alterações nas decisões de gasto tendem a gerar oscilações na demanda efetiva.

De acordo com a teoria pós-keynesiana, para evitar essas oscilações, cabe aos empresários o papel de preverem a demanda efetiva, evitando assim as perdas, ou até mesmo falências em seus negócios.

[...] No momento da decisão, o futuro é incerto, não há como saber quem será e quem não será bem sucedido. Aqueles indivíduos dotados de animal spirits se arriscarão em novos empreendimentos, mas os tímidos e cautelosos preferirão manter sua riqueza em formas mais seguras. Dentre essas formas mais seguras, está a detenção de ativos líquidos e, em especial, a moeda (CARVALHO, p. 13, 2008).

De fato, nem todos os empresários são movidos pelo otimismo em relação ao futuro, aqueles agentes dotados de “*animal spirits*”. Como pontuado por Carvalho (2008), dada as expectativas sobre o futuro, principalmente quando se espera que a demanda seja insuficiente, existirão empresários que irão preferir reter os recursos monetários (acumulando dinheiro) ao invés de se deslocarem para investimentos produtivos. Essa decisão acarretará em quedas na produção, na demanda agregada e na renda (via efeito multiplicador), em detrimento de uma elevação do emprego. Esses efeitos reiteram, por sua vez, o papel ativo e potencializador da moeda nas economias monetárias de produção – a questão da não neutralidade da moeda<sup>4</sup>.

Alguns autores, a exemplo de Mollo (2004, p. 336-37), apontam para o uso de contratos monetários para suavizar os efeitos causados pelas incertezas, com decisões “*ex-ante*” para que se obtenha resultados “*ex-post*” no nível privado. No entanto, não se tem como eliminar as incertezas que derivam de um futuro “incerto”, ao passo que são elas que geram as expectativas subjetivas dos agentes e “[...] conduzem a volatilidade do investimento”.

Para Keynes (2012), é nesse quadro de incertezas que se fazem necessárias as intervenções do Estado, via operacionalização das políticas econômicas. Nelas teríamos a administração da demanda agregada para manter o nível de pleno emprego. Nessa direção, destacarei a seguir as atuações das políticas monetárias e fiscais.

### 1.2.1 Políticas Monetárias

As políticas monetárias na perspectiva pós-keynesiana são desenvolvidas a partir do papel exercido pela moeda na economia, o que a caracteriza como não neutra, ou seja, a moeda tem o poder de impactar na produção. Tal rejeição da possibilidade de neutralidade da moeda, parte da divergência das teorias heterodoxas frente aos autores ortodoxos, defensores da Lei de Say<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup>Para maiores detalhes, ver MOLLO (2004, p. 323-343).

<sup>5</sup> “[...] A ideia explicitada pela Lei de Say em seu enunciado é a de que o mesmo processo de produção que cria os produtos (oferta) gera também rendas, ao pagar salários, lucros, juros, rendas fundiárias e alugueis, rendas essas que serão responsáveis pela compra de produtos (demanda). Assim, o resultado da Lei de Say é um resultado harmônico de equilíbrio de mercados em geral, sejam os mercados de produtos, de um lado, sejam os de fatores de produção, como trabalho, capital, terra e recursos naturais, do outro (MOLLO, 2004, p. 324).

Para os teóricos ortodoxos, aumentos nas quantidades de moeda não apresentam efeitos sobre o nível de produto<sup>6</sup>. Assim, na ocorrência de variações nos preços relativos, esses efeitos seriam compensados pelos mercados, não havendo perturbações na produção real. A grosso modo, seriam como se a moeda só servisse para “meio de troca”, não afetando o comportamento dos agentes.

Em contraposição ao mundo “concebido pelos clássicos”, as economias monetárias admitem a presença de incertezas nos momentos em que os agentes formulam as suas expectativas, impactando na preferência pela liquidez. A moeda é vista como elemento dotado de liquidez, sendo possível saldar tanto transações à vista quanto pagamentos futuros.

Dessa forma, como exemplificado anteriormente, dada a incerteza, os empresários formulam suas expectativas quanto ao futuro, quando estas são ruins, boa parte desses agentes evitam incorrer em possíveis prejuízos, tendo como opção a retenção de moeda. Essa escolha tende a impactar na própria dinâmica capitalista, por meio da redução de investimentos produtivos, derivando em reduções nos níveis de emprego. Todavia, o elemento que possibilita essa tomada de decisões por parte dos agentes é o comportamento da taxa de juros:

[...] a política monetária deve realizar, via operações de *open-market* que administrem a taxa de juros básica da economia, o alinhamento dos preços relativos dos ativos passíveis de investimento no sistema econômico. [...] A taxa de juros básica sinalizada pela autoridade monetária deveria se manter em pleno conhecimento público e em um patamar considerado normal, conforme os hábitos e as rotinas dos indivíduos. [...] Assim, como há um desconhecimento incalculável acerca do futuro, a taxa de juros é sempre alvo de tentativas de antecipação por parte dos agentes, que a ela se atentam para não incorrerem em custos de oportunidade (TERRA; FILHO, 2014, p. 2-3).

Como destacado pelos autores, essas operações de *open-market* acabam incidindo sobre as taxas de juros, volume de moeda e expectativas dos agentes quanto ao futuro, isso porque as taxas de juros são consideradas prêmios aos agentes por abdicar da liquidez. Dessa maneira, quando as taxas de juros se elevam em um certo período de tempo, alguns agentes podem preferir reter moeda; o contrário, quando a expectativa é de queda das taxas no futuro, pode-se optar por demandar títulos. No entanto, existem situações em que as incertezas afetam de maneira tão alta, que independente das taxas de

---

<sup>6</sup> Com ressalva a alguns poucos adeptos das teorias ortodoxas que divergem dessa posição, retratando a possibilidade de efeitos transitórios que afetem o produto.

juros estipuladas pela autoridade monetária, a preferência pela liquidez se torna única opção.

Carvalho (1994, p. 47) aponta que para que seja possível mensurar esse comportamento das taxas de juros e promover modificações, a política monetária deve agir sobre o estoque de moeda, de forma a induzir os agentes a aumentar/diminuir a demanda por ativos. Tal política deve ser “[..] implementada basicamente na circulação financeira, para obter efeitos na circulação industrial<sup>7</sup>, através do impacto sobre investimentos, isto é, a aquisição de novos itens de capital real”.

Assim, cabe à autoridade monetária a decisão em operar sobre as taxas de juros ou sobre a liquidez, já que o Banco central tem o poder de emitir moeda para satisfazer os variados graus de preferência pela liquidez, ao passo que também apresenta o papel “[...] ativo de emprestador em última instância, emitindo e emprestando ao sistema bancário para evitar o crescimento da taxa de juros” (MOLLO, 2004, p. 338).

Keynes (2012), na *“Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda (TG)”*, apresenta algumas limitações quanto ao uso exclusivo da taxa de juro na política monetária. Segundo ele haveria restrições em se trabalhar com dívidas de longo prazo, devido ao cenário de incerteza presente nas economias monetárias. Dessa maneira, caberia à política monetária direcionar as taxas de curto prazo no sentido de influenciar as taxas de longo prazo, já que as taxas de longo prazo incidem sobre os investimentos.

Em suma, Keynes e pós-keynesianos compreendem que as políticas monetárias apresentem um papel estabilizador na economia e que as mesmas deveriam, por um lado, sinalizar aos agentes sobre os cenários futuros das taxas de juros, afim de reduzir a especulação em torno da moeda, característica do quadro de incerteza e, por outro lado, a autoridade monetária deveria adotar taxas de juros que facilitassem o investimento produtivo.

Não obstante, esses esforços deveriam ser perseguidos pela autoridade monetária, porque impactam em duas variáveis que dinamizam as economias monetárias, quais sejam: o nível de preços e o emprego.

---

<sup>7</sup> Na circulação industrial, a moeda gira bens e serviços, exercendo o papel que lhe é tradicionalmente reservado pela teoria quantitativa da moeda. As necessidades de dinheiro são estabelecidas a partir da renda nominal gerada pela economia. A moeda, nesse circuito, é apenas um meio de troca. Já na circulação financeira, o circuito em que circulam ativos, a moeda é mais que apenas um meio de circulação; ela é, ela própria, um dos objetos de transação. Na circulação financeira, circulam formas de riqueza, poder de comando sobre rendas, presentes e futuras (CARVALHO, 1994, p. 46).

Carvalho (2008, p. 14-15) acrescenta que essa ação incisiva da política monetária afetaria os mercados de ativos, o que tenderia a maiores efeitos sobre as “decisões de investir”. Por sua vez, os ajustes da demanda, não se resumiriam apenas a “movimentos de preços relativos dos ativos (taxas de juros)”, teríamos também a ação do Estado sobre a demanda “através de seus gastos, ou indiretamente, através da imposição de tributos sobre os agentes privados”. Juntos, esses ajustes da demanda atingiriam os objetivos de investimento e consumo, e para salientar esses ajustes, destacarei a seguir a operacionalidade das políticas fiscais.

### *1.2.2 Políticas Fiscais*

Alvo de forte crítica dos teóricos ortodoxos, a política fiscal é constantemente associada a uma política desastrosa e suicida, isso porque, em muitos casos, apresenta resultados deficitários em suas operações. No entanto, para Keynes e pós-keynesianos não são os déficits que caracterizam tais políticas, mas a administração dos gastos públicos (com destaque aos investimentos) seguida da tributação.

Os gastos públicos destacados por Keynes na TG, apresentam um papel importante no que tange a restauração da confiança dos empresários. “[...] Esses gastos estimulam o aumento da produção, por parte das firmas, e do consumo, por parte das famílias, o que estimula novas firmas a aumentarem sua produção” (HERMANN, 2006, p. 04).

Quando os empresários criam expectativas ruins quanto ao futuro eles optam por parar a produção e demandar liquidez, o que acarreta em quedas dos investimentos, emprego e renda. Esse movimento de redução da demanda agregada pode ser evitado quando o Estado passa a intervir por meio dos gastos públicos. Nessa situação, o governo pode ampliar a sua demanda por bens e serviços, com o intuito de induzir o consumo dos empresários. Vale ressaltar que esses gastos não significam incorrer em déficits públicos, como usualmente podemos observar nos debates econômicos e destacado por Carvalho (2008, p. 16):

[...] Na verdade, não há qualquer necessidade de que esses gastos não possam ser financiados por impostos, evitando o surgimento de déficits fiscais. Dada a sensibilidade da receita de impostos a variações da renda, já que a imensa maioria dos impostos em uma economia moderna são direta ou indiretamente proporcionais ao nível de renda, o aumento de gastos públicos induzirá aumentos também da receita de impostos. Note-se ainda que é perfeitamente

possível que o total de impostos seja igual ao de gastos públicos, evitando o surgimento de qualquer déficit, mas nem por isso tornando a política ineficaz.

Dentre outros objetivos, é papel das políticas fiscais no que tange à tributação: a) auxiliar a expansão do investimento público; b) ampliar/reduzir a renda pessoal a fim de responder as mudanças na demanda agregada e c) redistribuir a renda. Esses objetivos se desenvolvem com maior intensidade nos períodos de prosperidade, onde a preocupação do Estado não se destina a conter cenários recessivos (via políticas de gastos que impactam no multiplicador). Nesse cenário de bonança, o uso dos tributos pauta-se em manter o equilíbrio (níveis de pleno emprego) e contornar possíveis oscilações que possam surgir.

Sobre esses objetivos, Keynes (2012) na TG demonstra sua preocupação com as desigualdades desenvolvidas nas economias capitalistas (principalmente a concentração de renda) e como elas poderiam ser reduzidas com uma tributação progressiva. Nesse tipo de tributação, os indivíduos que possuem mais renda pagariam mais impostos (os mais ricos tendem a consumir proporções menores de sua renda), o que acarretaria em uma maior redistribuição de renda, já que esse maior recolhimento de tributos se direcionaria para transferências fiscais para os mais pobres.

Keynes (2012), também na TG, analisa a existência dos “gastos inúteis” como elementos relevantes para elevar a demanda agregada; a exemplos das construções de pirâmides no antigo Egito, ou a abertura de buracos no chão, dentre outros, de maneira que os consideram como estímulos baseados na indução dos gastos. Esses exemplos, contidos na TG, são diversas vezes associados pela ortodoxia como indisciplina fiscal, provocada pelos gastos excessivos do governo.

No entanto, o que pouco se discute é que Keynes não defendia o uso irrestrito desses gastos, para o autor: “[...] não é razoável que uma comunidade sensata se contente com paliativos tão fortuitos e frequentemente inúteis, uma vez que saibamos de que influências depende a demanda efetiva” (KEYNES, 2012, p. 203). Nessa passagem, fica nítido que o uso desses “paliativos” deve ser utilizado na falta de uma alternativa melhor.

Todavia, em outras passagens da TG, o autor ainda pontua a possibilidade de se utilizar a política fiscal como “informativo”, ou seja, havia a possibilidade de o Estado anunciar que teria como suprir quaisquer disfuncionalidades da demanda agregada por intermédios de “pacotes compensatórios de investimentos”. Essa informação impactaria na confiança dos empresários, já que os mesmos, acreditando que haveriam investimentos públicos, tenderiam a ampliar os seus investimentos privados. Contudo, essa atuação

fiscal agiria apenas nas expectativas dos agentes e seria pouco utilizada, já que necessitaria também de condições favoráveis da economia para que se pudesse ser implementada (CARVALHO, 2008).

Como vimos até aqui, a política fiscal se desenvolve no estado das expectativas dos agentes e na acomodação da demanda agregada com fins de se manter o pleno emprego. Assim, dada a incerteza característica das economias capitalistas, os teóricos keynesianos apontam que para que seja possível assegurar o pleno emprego, o Estado deveria apresentar um papel constante via “socialização das despesas de investimento”, ou seja, despesas que incentivassem o investimento público. Essa seria uma maneira de amenizar os efeitos da instabilidade nos investimentos privados. Nas palavras de Corazza (1985, p. 90):

[...] os investimentos estatais tendem a aumentar à medida que cresce a acumulação de capital, por duas razões: primeiro, porque, de acordo com a teoria de Keynes, à medida que aumenta a renda, amplia-se ainda mais a diferença entre a própria renda e o consumo, sendo necessário um montante cada vez maior de investimentos para preencher esta diferença; e, em segundo lugar, porque, à medida que aumenta a acumulação, a eficiência marginal do capital tende a cair, tornando o investimento privado sempre mais sujeito à incerteza e à instabilidade.

Não obstante, é imperativo destacar que para a política fiscal servir de “instrumento de regularização” da demanda agregada, para conduzir e manter a economia de pleno emprego, ela não pode estar operando em condições de pleno emprego, pois “[..] nessas circunstâncias a soma das demandas privadas e pública ultrapassará a capacidade produtiva do país e pressões inflacionárias realmente emergirão” (CARVALHO, 2008, p. 21).

Os gastos públicos não serviriam apenas para regular/controlar a demanda agregada, mas poderiam destinar-se a prover a “oferta de bens públicos”, como saúde, educação, segurança, etc. Essa oferta, por sua vez, deve ser mantida de forma constante (tanto para uma economia em depressão quanto em períodos de prosperidade), independentemente do nível de atividade econômica. Assim, com o intuito de separar os gastos discricionários, a teoria pós-keynesiana aponta para o desenvolvimento de dois orçamentos, sendo eles: corrente e o de capital.

Em linhas gerais, o orçamento corrente comportaria gastos em oferta de bens públicos. Estes gastos devem ser fixos, para que se possa dinamizar e evitar a insuficiência de demanda efetiva. Adicionalmente, pontua-se que o orçamento corrente deveria se apresentar sempre equilibrado e, quando possível, superavitário. Na prática, a

fuga da ocorrência de déficits, ajudaria a inibir a criação de novas dívidas (para debitar dívidas antigas) e reduzir o impacto das taxas de juros sobre a economia.

Além de prover a oferta de bens públicos, compete ao Estado (via política fiscal) atrair a confiança dos empresários, por meio dos gastos públicos com investimentos produtivos. No entanto, para que esses investimentos públicos realmente apresentem resultados benéficos para a economia, os seus gastos devem persistir elevados por um bom tempo para que os empresários (via expectativas) se sintam confiantes a elevar sua produção. Essa sinalização, feita pelo governo, parte da dinâmica do orçamento de capital, que, ao contrário dos gastos correntes, não necessitam ser fixos, podem ser acionados à medida em que se haja necessidade de equilibrar os níveis de demanda efetiva (HERMANN, 2006).

Faz-se necessário ressaltar que as despesas de capital, no curto prazo, podem ser deficitárias, ao passo que haja superávit por parte do orçamento corrente para financiar tais despesas, “[...] os retornos dos investimentos públicos realizados tendem a equilibrar, no longo prazo, o próprio orçamento de capital<sup>8</sup>”. Em suma, essa maturação dos investimentos públicos ajudaria a evitar flutuações na demanda efetiva (que tendem a ocorrer no curto prazo, derivados do ambiente de incerteza) – tanto em situações de insuficiência, quanto em cenários de excesso de demanda agregada. “[...] as ações de contenção de flutuações no curto prazo não devem ser restritas a promover fases de expansão, mas devem ser requisitadas, inclusive, para evitarem-se episódios de excesso de demanda agregada” (TERRA; FILHO, p. 05, 2014).

Também é importante destacar que, mesmo admitindo a possibilidade de os gastos com investimentos virem atrelados a déficits, Keynes (2012) recomendava como último recurso, o uso de déficits, exceto em períodos de recessão, onde o governo não consegue manter os investimentos sem contrair déficits. Nesses momentos seria de relevante importância a ação conjunta da política monetária, para evitar que a política fiscal se torne ineficaz.

Como se sabe, o uso permanente de déficits advém de desequilíbrios na economia, tanto aqueles de natureza real usados pela “[...] velha dicotomia dos modelos macroeconômicos convencionais, entre demanda agregada excessiva e capacidade

---

<sup>8</sup> O orçamento de capital é aquele em que se discriminam as despesas referentes a investimentos produtivos feitos pelo Estado a bem da manutenção da estabilidade do sistema econômico. Esses investimentos devem ser realizados por órgãos públicos ou semi-públicos, desde que com objetivos claros de regulação do ciclo econômico (TERRA; FILHO, p. 04, 2014).

produtiva”, quanto financeiros, “[...] entre colocação de títulos de dívida pública e demandas privadas por ativos mais diversificados” (CARVALHO, 2008, p. 23).

Nesse sentido, Keynes orienta que as políticas fiscais devam ser planejadas com o intuito de evitar desequilíbrios deste tipo e, por sua vez, que seja cumprido o objetivo de regular a demanda agregada e manter a economia em níveis próximos do pleno emprego. Propiciando, desta forma, um ambiente em que os gastos públicos estimulem o investimento e o emprego.

Como foi possível visualizar nessa seção, tanto para Keynes quanto para os adeptos da teoria pós-keynesiana, o desenvolvimento das economias capitalistas e a busca por reduções das disparidades advindas deste sistema se associam à necessidade de um Estado presente, que sirva de promotor das políticas econômicas e da melhora social. No entanto, no debate econômico essa visão não é consensual, destaque para a teoria neoliberal que se opõe ao Estado interventor e, a priori, ao uso de políticas expansionistas, sendo este o tema da nossa próxima seção.

### **1.3 DA CRISE DE ACUMULAÇÃO DO CAPITAL À ASCENSÃO DO NEOLIBERALISMO**

A partir da análise das seções anteriores, percebe-se a importância dada por Keynes e pós-keynesianos no que se refere ao papel do Estado e das políticas econômicas como promotoras do desenvolvimento das economias capitalistas. Essas combinações de instrumentos econômicos alcançaram seu auge na década de 1950, na qual apresentaram elevadas taxas de crescimento, ficando marcado na literatura econômica como “Os anos dourados da economia” (HARVEY, 2012).

Apesar do cenário de bonança, em meados dos anos 1960, houve uma mudança nos mecanismos de formulações de política econômica e no próprio papel do Estado. Tais alterações, que serão discutidas a seguir, fazem parte do debate apresentado por teóricos ortodoxos, que passaram a ganhar notoriedade no cenário econômico daquele período. Essa oposição, faz parte do que se convencionou chamar de “teorias neoliberais” ou simplesmente, neoliberalismo.

Em linhas gerais, o neoliberalismo pode ser descrito como uma doutrina político-econômica desenvolvida após a Segunda Guerra Mundial, como crítica ao Estado de Bem-Estar Social. Nas palavras do maior expoente dessa doutrina:

[...] O estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações. [...] O estado deixa de ser peça de um mecanismo utilitário destinado a auxiliar as pessoas a desenvolverem sua personalidade individual para tornar-se uma instituição “moral” – “moral” não em contraposição a imoral, mas no sentido de uma instituição que impõe aos que a ela se acham subordinados suas ideias sobre todas as questões morais, quer essas ideias sejam morais, quer altamente imorais (HAYEK, 2010, p. 91 – 92).

Para Hayek (2010), o Estado se apresentaria como grande limitador das liberdades individuais, uma vez que as decisões quanto à alocação dos recursos seriam tomadas por um pequeno grupo de indivíduos que não teriam capacidade de responder a todos os interesses da sociedade. Assim, as políticas econômicas seriam formuladas apenas para manter os privilégios desse pequeno grupo e levar ao baixo crescimento da economia.

Quanto ao seu desenvolvimento, é pertinente destacar que o processo de neoliberalização só conseguiu ganhar fôlego e se intensificar por volta dos anos 1970 quando os efeitos da crise da acumulação do capital passaram a afetar a todos com uma desastrosa combinação de taxas elevadas de inflação e desemprego. Essa nova dinâmica das economias capitalistas implicou em ciclos de crescimento cada vez mais curtos (períodos de 2 a 3 anos de crescimento seguidos de 2 a 3 anos de contração) (HARVEY, 2012).

Na perspectiva dos teóricos neoliberais, o problema dessa nova dinâmica se encontrava, em primeiro lugar, no poder que os sindicatos exerciam no mercado de trabalho, principalmente o poder de barganha e reivindicações (via pressões sob os salários); em segundo lugar, no papel de intervenção que o Estado exercia na economia e, por conta disto, as consequentes elevações dos gastos do governo, que gerava distorções no processo de acumulação capitalista.

A solução encontrada para essas questões foi usar o próprio poder de Estado com o intuito de impor políticas de disciplina fiscal, principalmente na forma de contenção de gastos sociais. Essa imposição se estende ao enfraquecimento dos sindicatos, através de legislações que constroem o movimento sindical, e a promoção de reformas tributárias extremamente regressivas, a exemplo da redução dos impostos sobre grandes fortunas e rendas (ANDERSON, 1995).

Nos chamados países periféricos, como os da América Latina, vale a pena ressaltar o apoio e estímulos dos EUA, juntamente com as elites locais, aos golpes militares, a exemplo do Chile (1973). Auxiliando por sua vez na disseminação de novas condições

para acumulação do capital e restauração dos próprios poderes das elites domésticas. De tal maneira que a parcela da renda nacional se elevou a algo em torno de 1% para os mais ricos<sup>9</sup>.

A coroação dessas práticas neoliberais veio com as vitórias dos governos Thatcher (1979), na Inglaterra; Reagan (1980), nos Estados Unidos e Schluter (1983), na Dinamarca e, posteriormente, com adesão de boa parte dos países do Norte da Europa Ocidental. Ademais, esse alargamento das medidas neoliberais se estendeu também aos países em desenvolvimento, com destaque para a ruptura do padrão de financiamento externo. Este último, versava sobre empréstimos a taxas de juros relativamente baixas, os quais possibilitavam a sustentação do crescimento econômico em toda a América do Sul (BELLUZZO; ALMEIDA, 2002).

Diversos aspectos contribuíram para a derrocada deste padrão, entre eles: a ocorrência nos anos 1970 da crise da acumulação do capital, seguida de estagflação; à redução dos ciclos de crescimento; o fim dos acordos de Bretton Woods (1973); e o segundo choque do petróleo (1979). Todavia, vale apenas destacar que com o desmantelamento desses acordos houve uma reestruturação no Sistema Monetário Internacional (SMI), ao passo que os países-chave se reposicionaram frente aos novos pilares instituídos, dentre os quais, destacamos: regime de câmbio flutuante; alto grau de mobilidade de capitais; e a forma fiduciária da moeda internacional. Tais configurações repercutiram, de forma célere, na proliferação e desregulamentação de novas práticas financeiras (PRATES, 2002).

Nesse cenário de mudanças e incertezas houve uma perda temporária da hegemonia dos Estados Unidos que liderava o comércio internacional e as inovações tecnológicas. Assim, para reafirmar o seu poder, o império americano utilizou-se de forma facciosa sua moeda, fortalecendo o dólar, que, desde os acordos de Bretton Woods, funcionava como moeda de reserva internacional. Nas palavras de Carneiro (2002, p. 117-18):

[...] O instrumento essencial da retomada dessa hegemonia foi a subida da taxa de juros ao final de 1979, que obrigou os demais países avançados a dois movimentos: a obtenção de superávits comerciais para financiar os déficits da conta de capital e a realização de políticas monetárias e fiscais restritivas para

---

<sup>9</sup> Depois da implementação de políticas neoliberais no final dos anos 1970, a parcela da renda nacional do 1% mais rico dos Estados Unidos disparou, chegando a 15% (bem perto de seu valor pré-Segunda Guerra Mundial) perto do final do século. O 0,1% mais rico dos Estados Unidos aumentou sua parcela da renda nacional de 2% em 1978 para mais de 6% por volta de 1999, enquanto a proporção entre a compensação mediana dos trabalhadores e o salário dos CEOs (Chief Executive Officer) passou de apenas 30 para 1 em 1970 e quase 500 para 1 por volta de 2000 (HARVEY, 2012, p. 26).

reduzir a absorção doméstica. [...] A aposta na elevação da taxa de juros e na crescente liberalização financeira viabilizou o financiamento para os déficits sem a necessidade de recorrer a ajustes intensos e muito rápidos. [...] Em síntese, permitiu aos Estados Unidos a manutenção da autonomia da sua política econômica doméstica.

Para a América do Sul, esse mecanismo de elevação das taxas de juros acabou se tornando uma grande armadilha, já que os países tinham contraído suas dívidas em dólar e a taxas de juros flutuantes. Tal situação provocou adicionais dificuldades para contrair novos empréstimos e manter os pagamentos das dívidas já contratadas; levando, por sua vez, os países a uma crise financeira e fiscal sem precedentes, a chamada “crise das dívidas externas do terceiro mundo”, que teve início com a moratória mexicana, em 1982.

Dando sequência a esse cenário nefasto, em 1983 o Brasil se viu obrigado a dar um “calote técnico”. Esse atraso no pagamento das dívidas, já contratadas, fizeram com que o Fundo Monetário Internacional (FMI) oferecesse “ajuda” ao país, por meio de condicionalidades impostas à América do Sul, no sentido de que os países devedores pagassem os juros de suas dívidas. Tais condicionantes podem ser resumidas através da seguinte pauta: austeridade nas políticas internas; diminuição de déficit público (ajuste fiscal); incentivo à iniciativa privada e abertura comercial; atração de capital estrangeiro; e fortalecimento da poupança interna. Assim, os países que seguissem essas medidas teriam descontos nos estoques de suas dívidas, a exemplo do Plano Baker (1985) e o Brady (1989) (PIRES, 2006).

O fortalecimento dessas condicionalidades, se deram a partir do receituário proposto pelo “Consenso de Washington” (1989), que verberou por toda a década de 1990. Sumariamente, referem-se a 10 regras de ajuste econômico, sendo elas: 1) Disciplina fiscal e fim dos déficits; 2) Redução dos gastos públicos e reordenação de prioridades governamentais; 3) Reforma Fiscal (Tributária); 4) Taxas de Juros de mercado; 5) Taxas de câmbio competitivas; 6) Liberalização do Comércio; 7) Um ambiente favorável para os investimentos externos diretos; 8) Privatização; 9) Desregulamentação; 10) Direitos de Propriedade (propriedade intelectual) (BATISTA, 1994).

O tratamento dado pelas citadas prescrições liberalizantes visava a ampla desregulamentação comercial e financeira; além da disciplina fiscal e redução do papel do Estado na economia. Tais diretrizes estavam em consonância com a doutrina apregoada pela teoria de desenvolvimento da Escola Neoclássica, segundo a qual a liberalização financeira deveria facilitar a alocação eficiente dos recursos, promover a

diversificação do risco global e estimular a acumulação de capital. Adicionalmente, este conjunto de diretivas doutrinárias deveria facilitar o financiamento dos desequilíbrios no balanço de pagamentos e de exercer efeito positivo na taxa de crescimento nacional.

Vale ressaltar que essas medidas não levavam em consideração as especificidades de cada país. Nesse aspecto, pode-se mostrar que o diagnóstico é sempre expresso de forma “universal”, ou seja, os Estados gastavam muito, de forma irresponsável e ineficiente; suas empresas apresentam constrangimentos competitivos e restrições ao comércio exterior; inflação sempre latente; suas economias configuram-se por meios de normas protetivas e excesso de regulamentações.

Um aspecto contraditório adicional, peculiar às economias em desenvolvimento, fortemente apregoadas pelo receituário neoliberal, é a perseguição do fantasioso “crescimento autossustentado”, quando na prática esses ajustes submetem os países a diretrizes de organizações multilaterais, grandes corporações e ao próprio capital financeiro; fazendo com que suas economias fiquem expostas a ondas de otimismo e pessimismo, inerentes aos mercados financeiros globais.

Não obstante, mesmo não cumprindo fielmente o seu objetivo de dinamizar as economias em desenvolvimento e responder às próprias problemáticas dos países centrais (desenvolvidos), a exemplo da recessão no início dos anos 1990, na qual houve expressivo aumento da dívida pública, assim também como ocorreu crescimento do endividamento das famílias e do desemprego destes países; tais medidas se fortaleceram, principalmente com a queda das experiências socialistas (socialismo real) na Europa Oriental e na União Soviética, entre 1989 a 1991.

No que concerne ao Brasil, o receituário neoliberal presente no Consenso de Washington tomou forma e intensidade nos governos de Fernando Collor de Mello (Partido da Reconstrução Nacional) e Fernando Henrique Cardoso (Partido da Social Democracia Brasileira). Nesse sentido, a fim de que se complemente essa análise, a próxima seção se dedicará em apresentar um breve panorama das principais políticas neoliberais adotadas no Brasil nos anos 1990.

#### **1.4 A “ERA DOS FERNANDOS”: BREVE PANORAMA DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NO BRASIL**

Como discutido no item precedente, a década de 1980 na América Latina se destacou pela fragilidade econômica e política (principalmente pelos inúmeros fracassos na tentativa de contenção da inflação), o que reforçou o clamor por uma nova ordem que permitisse a liberdade de deslocamento de capitais ao redor do mundo.

Nesse sentido, nas economias fora dos grandes centros, seria necessário acabar com as inúmeras restrições impostas ao fluxo internacional de capital (controle e regulações, alíquotas, entre outras barreiras) para que houvesse esse movimento de ruptura com os interesses nacionais. Assim, fazendo jus a essa nova ordem, essas economias passaram a adotar propostas que visassem assegurar a disciplina fiscal e a ampla liberalização financeira e comercial, tendo como pano de fundo uma suposta “preocupação com a elevação da dívida externa”.

No Brasil, podemos datar essa nova ordem a partir do governo Collor; posto que, na cartilha neoliberal – novidade trazida por este que foi o primeiro governo civil, eleito diretamente, após o fim do regime autocrático – o Estado era uma espécie de paquiderme, muito inchado, de maneira que configurava-se como grande limitador das liberdades de iniciativas privadas e dos mecanismos de mercado, causando por sua vez, ineficiência e desequilíbrios econômicos.

Neste contexto, a solução indicada pelo Consenso de Washington para esses entraves, inicialmente, era quase sempre apontada no sentido da necessidade de reorganizar as contas públicas e os gastos do governo por intermédio da disciplina fiscal. Desse modo, o Brasil e demais países em desenvolvimento deveriam sanar, de uma vez por todas, seus déficits fiscais.

O caminho apontado pelo governo Collor para obter os desejados superávits foi, de imediato, propor uma reordenação das prioridades governamentais no que tange aos gastos do governo. Nesse sentido, procurou aumentar a base tributária e diminuir os gastos públicos, através do bloqueio orçamentário de diversas pastas, como foram os casos dos cortes dos orçamentos do Ministério da Educação, Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social (GIAMBIAGI et al, 2011).

Vale ressaltar que a perseguição de “superávits primários” no Brasil estendeu-se aos governos posteriores ao de Collor de Mello e, via de regra, estavam atrelados à redução dos gastos do governo, notadamente, os gastos primários. Esse reordenamento

se intensificou no final dos anos 1990, com a instituição pelo governo FHC do assim chamado tripé-macroeconômico: Câmbio Flutuante; Metas de Inflação; e Superávit Primário.

Esses instrumentos de políticas macroeconômicas são envoltos de incongruências, a começar pela adoção do câmbio flutuante que, entre outras justificativas, precisa atrair investidores. No Brasil, a política de câmbio flutuante iniciou-se após os ataques especulativos contra o real, derivado do próprio efeito contágio das crises da Ásia e Rússia. Nesse sentido, o Banco Central do Brasil (BCB) se viu obrigado a permitir a flutuação da taxa de câmbio, que tornava o câmbio cada vez mais desvalorizado, elevando, por sua vez, o risco de descontrole inflacionário.

Na busca incessante por alcançar a estabilização nos mercados, o regime de metas de inflação (RMI) complementa essa política. Neste regime, o governo determina uma dada meta a ser alcançada, permitindo variações, e as autoridades monetárias são obrigadas a buscar formas de atingi-las. Fica evidente a opção dessas políticas pela não predileção pelo aumento das receitas (via reforma tributária progressiva), ao tempo em que expressa flagrante preferência em aumentar os gastos orçamentários para gestão e manutenção da dívida pública.

Nessa direção, em um contexto de liberalização financeira, o aumento do investimento estrangeiro direto já era esperado. No governo Collor, tal aumento passou de US\$ 87 milhões em 1991 para US\$ 1,5 bilhão em 1994. Já em FHC houve uma ampliação via emenda constitucional que permitiu a possibilidade de exploração do capital estrangeiro aos setores de energia e mineração (GIAMBIAGI et al, 2011).

Essas medidas vão de encontro com as privatizações que em regra serviriam para diminuir a pressão no orçamento do governo (pela receita gerada na venda da empresa, e a ausência no longo prazo de novos investimentos financiados pelo governo). Nessa perspectiva, no período Collor foram privatizadas mais de três dezenas de empresas federais nos Setores de Siderurgia, Petroquímica e Fertilizantes, totalizando U\$\$ 8,6 bilhões (receitas) com transferência para o setor privado de U\$\$ 3,3 bilhões em dívidas (GIAMBIAGI et al, 2011).

Já os governos FHC se destacaram pela capacidade de intensificar tais práticas; especificadamente nas vendas de empresas prestadoras de serviços públicos, a exemplo dos setores de Telecomunicações e Energia. As privatizações tiveram como “pano de fundo” a função de amenizar os efeitos do déficit primário nas contas públicas, ocorrido

no primeiro ano de governo, totalizando, em 1998, uma receita de US\$ 38 bilhões com as vendas dessas empresas (GIAMBIAGI et al, 2011).

Durante a década de 1990 parte expressiva da literatura especializada atribuiu pontos positivos para essas privatizações – principalmente no setor de Telecomunicações, onde a obtenção de linhas telefônicas era um serviço extremamente custoso, o que restringia o acesso para considerável parcela da população brasileira.

Segundo Giambiagi et al (2011), as privatizações dessas empresas possibilitaram, em contrapartidas, importantes reduções no tempo de espera e uma considerável queda nos preços das linhas de telefonia fixa, para boa parte da população. O que a literatura pouco destaca é sobre as contradições desse processo, uma vez que os compradores não são obrigados a se comprometerem a manter o nível de emprego ou mesmo promover investimentos nas instalações.

Em síntese, as privatizações da década de 1990 no Brasil se ampliaram, ao passo em que outras medidas do receituário neoliberal foram postas em prática, tais como: a abertura comercial/financeira e a atração de investimentos estrangeiros. No entanto, não foi possível acompanhar o ritmo acelerado de outros países, como na Inglaterra do governo Thatcher, uma vez que as realidades de países em desenvolvimento, discutidas anteriormente, são bem distintas dos países do centro.

Mesmo com essas dualidades, a adoção dos apontamentos apresentados no “Consenso de Washington”, ainda que de forma “mais restrita”, fomentaram tanto a desnacionalização quanto a crise cambial no final dos anos 1990. Apesar desses resultados, as políticas neoliberais continuaram sendo utilizadas nos anos 2000, mesmo com a vitória de governos de oposição.

Sobre essa questão, podemos destacar o Governo Lula, que em seu primeiro triênio (2003-2005) optou-se por adotar medidas que visassem a defesa da austeridade fiscal, nas quais se destacam: a geração de superávits fiscais e a apreciação da taxa de câmbio. A justificativa dada pelo Governo Central à adoção dessas medidas, pautaram-se, principalmente, em manter a confiança dos agentes na âncora fiscal e no tripé-macroeconômico, utilizados nos Governos FHC (BIANCARELLI, 2014; LOPREATO, 2015).

Posteriormente, a partir de 2006, atrelada à essas políticas de caráter contracionista, passou-se a desenvolver no Governo Lula, políticas econômicas que visassem a ação mais incisiva do Estado. Tais medidas, tinham como característica a retomada dos investimentos públicos. Nessa defesa de políticas fiscais mais ativas,

destacam-se: os incentivos fiscais ao setor privado; o uso de bancos públicos na oferta de crédito; as políticas de ampliação dos gastos sociais, assim como de valorizações do salário mínimo (LOPREATO, 2015).

Com a utilização dessas medidas expansionistas, associadas aos cenários externos favoráveis que contribuíram para o boom das *commodities*, houve à aceleração do crescimento da economia vis-à-vis a melhora na distribuição de renda. Dessa maneira, os efeitos das políticas restritivas, no que tange à utilização das taxas de juros competitivas (Na América do Sul, traduzidas pelo uso de taxas de juros elevadas que beneficiam o capital financeiro) juntamente à perseguição aos superávits fiscais, dentre outras medidas de caráter contracionista, não trouxeram impactos tão severos, quanto aqueles encontrados nos governos Collor e FHC, a exemplo do baixo crescimento econômico dos anos 1990.

Vale ressaltar que as políticas de austeridade apresentadas nesse panorama da economia brasileira não foram as únicas existentes no período proposto. No entanto, essa seção pautou-se em descrever as mais relevantes e que se assemelham com as diretrizes neoliberais impostas a América do Sul no final dos anos 1980.

Neste capítulo, constatou-se que o desenvolvimento das políticas neoliberais comportam forte relação com as discussões referentes à função do Estado na economia. Destacando-se dois importantes debates: o dos adeptos das teorias neoliberais e os pós-keynesianos. No primeiro grupo, é presente o clamor por uma maior liberdade dos mercados e do comércio, principalmente com a virada neoliberal nos anos 1970, nas quais se destacam pela proliferação de novas práticas financeiras. Nesse sentido, não caberia ao Estado, o papel de destaque na tomada de decisões das economias capitalistas. Devendo direcionar-se à algumas áreas específicas, como: saúde, educação e segurança.

Em contraposição, no segundo grupo, os adeptos das teorias pós-keynesianas, admitem que o papel do Estado é relevante tanto para suprir as necessidades de certas áreas específicas quanto para promover a dinamização das economias capitalistas. Nesse sentido, destacam-se os gastos públicos, como forma de impulsionar os investimentos públicos e privados.

Necessário evidenciar que, ao se discutir a importância do papel do Estado em Keynes e pós-keynesianos, não estamos nos referindo ao uso indiscriminado de políticas econômicas irresponsáveis (principalmente das que promovam déficit fiscais), mas do uso eficiente de políticas que salientem o bem-estar e a dinamização da economia. Valorizando a presença do Estado na execução de investimentos públicos, na tributação

progressiva (com fins de redistribuir renda), dentre outras formas de intervenção descritas no decorrer deste capítulo.

Por fim, como vimos até aqui, com a ascensão das políticas de austeridade nos países centrais, entre os anos 1970 e 1980. As economias em desenvolvimento, ao acompanhar essa dinâmica, passaram a obter resultados diferentes daqueles propostos pela teoria neoliberal, dentro os quais elencava-se que haveriam melhorias na captação de poupança externa e no desenvolvimento econômico. Posteriormente, quando se analisou as expressões dessas políticas sobre a economia brasileira, observou-se que durante os anos 1990 e em parte dos anos 2000, as mesmas fizeram uso das principais medidas de ajuste fiscal contidas no Consenso de Washington, restringindo por sua vez, o avanço dos investimentos produtivos e sociais. Nessa direção, seguindo a proposta de analisar os impactos dessas políticas neoliberais desenvolvidas no Brasil, nas próximas seções, está pesquisa se direcionará, em descrever como se pautou este debate no Estado da Bahia.

## **2. A EVOLUÇÃO DA ECONOMIA BAIANA**

Partindo do objetivo geral deste trabalho, pautado em buscar compreender os impactos das políticas neoliberais sobre a economia baiana no período 2011 – 2018, este capítulo se dedicará a descrever os traços históricos que desencadearam no desenvolvimento dessas políticas, apresentando como ponto de partida a trajetória da economia baiana após a década de 1950, período este que se caracterizou por apresentar grandes transformações estruturais no Estado da Bahia, incluindo os ciclos de bonança e estagnação presentes no processo de industrialização.

Essa contextualização se faz necessária, pois a mesma nos ajudará a compreender como o papel do Estado e das políticas econômicas se alteraram durante esse período e de como esses elementos podem ter contribuído para os desdobramentos da utilização das políticas neoliberais em períodos mais recentes.

Para tanto, o capítulo será estruturado em duas seções, sendo a primeira relacionada à discussão das principais problemáticas vividas pela economia baiana no período que antecede a industrialização e por sua vez, os impactos posteriores a esse processo. Já a última seção trará os principais debates dos anos 1990 e 2000 referentes às questões sociais e os seus possíveis alinhamentos com as medidas adotadas a nível nacional, com destaque para o desenvolvimento das políticas neoliberais.

### **2.1 O FIM DO ATRASO?**

Por muitos anos a afirmação feita pelo ex-governador Otávio Mangabeira sobre o atraso econômico da Bahia foi tema debatido por muitos estudiosos, entre os quais Spínola (2009) e Queiroz et al. (2020). Nas palavras do ex-governador: o atraso da Bahia era tão grande que, se por ventura o mundo acabasse, os baianos só saberiam cinco dias depois.

Pensando nessa infeliz expressão é prudente que passemos a refletir sobre o que de fato mudou na economia baiana no decorrer dos anos 1900. Através dela, cabe questionar se existe alguma conexão entre os problemas vividos nesse período com outros de períodos mais recentes e até traçar um paralelo desse atraso com o baixo desempenho recente da Bahia em diversos indicadores, a exemplo do IDH.

Na busca por essas respostas, o presente capítulo propõe realizar um recorte temporal a partir do tardio processo de industrialização na Bahia. Cabe destacar, que a Bahia assim como outros estados continham fábricas ativas antes desse processo, ou seja, essas fábricas não surgem apenas em função do processo de industrialização. No entanto, a grande diferença se encontra na infraestrutura e investimentos públicos realizados nesse processo e os novos rumos que estariam sendo traçados para o Estado. Sobre essa questão, temos que a economia baiana vem vivenciando diferentes ciclos econômicos no decorrer dos últimos setenta anos, dentre eles, a tentativa de superação do Enigma Baiano em meados dos anos 1950.

Tal enigma pautava-se na interpretação dos principais problemas vivenciados pela economia baiana entre os anos 1940 e 1950, sendo eles: a baixa diversidade da indústria de transformação que se concentrava no período no setor alimentício; a dependência da sazonalidade das safras e das flutuações nos mercados externos; a escassez de investimentos e de infraestrutura, com destaque para a situação das estradas baianas (por serem poucas, dificultava a integração dos mercados localizados nos municípios do interior com a região metropolitana) (TEIXEIRA; GUERRA, 2000; AZEVEDO, 2015; ORTEGA; CERQUEIRA; SILVA, 2016).

De fato, a estrutura produtiva da Bahia referia-se ao modelo primário exportador, tendo o cacau como o principal produto agrícola, que dadas as suas características estruturais como mão de obra desqualificada e baixo valor agregado de seus produtos, impossibilitava a incorporação de progresso técnico.

As causas dessa falta de dinamismo na economia baiana foi tema de destaque para diversos autores, entre eles, Pinto de Aguiar (1958) que aponta mais três questões relevantes para se compreender esse distanciamento entre a Bahia e o processo de industrialização, em suas palavras:

[...] 1) O problema da instabilidade da nossa economia que, preponderantemente primária e evidentemente reflexa, depende, endogenamente, da flutuação das safras, e exogenamente das flutuações dos mercados interiores e dos preços nestes vigentes; 2) O desgaste do nosso intercâmbio comercial interno, em relação à política cambial vigente no país, agravando a tendência estrutural da deterioração da relação de preços de intercâmbio; 3) A escassa capacidade de poupança, e o reduzido estímulo aos investimentos em virtude de tais variáveis (AGUIAR, 1958, p. 9-10).

Outro aspecto complementar que podemos pontuar diz respeito, por um lado, ao papel das elites locais, que atuavam dentro de uma perspectiva mercantil e com baixa capacidade tecnológica e empresarial, contribuindo de maneira inexpressiva para a

superação do enigma. Por outro, a ação restrita do Estado, que em sua ausência dava lugar às políticas regionais controladas por essas mesmas elites locais.

Sobre essa restrição do Estado, a mesma pode ser associada à identificação abordada por Pessoti et al. (2015)<sup>10</sup> na qual classifica a Bahia como um estado subnacional/periférico que não consegue ter poder de controle das variáveis e políticas macroeconômicas. Essa denominação se relaciona também com o processo de formação social e econômica do estado e da região Nordeste, onde tinha-se uma participação desigual da região na divisão nacional do trabalho, exportava-se força de trabalho com baixa qualificação para as regiões mais desenvolvidas ao passo que se constituía na região Nordeste um mercado consumidor dos bens finais produzidos nessas regiões mais desenvolvidas.

Todavia, para que fosse possível superar o enigma e reverter essa dinâmica de baixo desempenho da economia baiana, fazia-se necessário um maior planejamento estadual. Assim, em 1959, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento do Estado (PLANDEB) que tinha como estratégia o combate à seca e a industrialização via produção de bens intermediários.

Em linhas gerais, seria como se houvesse uma inversão na estratégia econômica da Bahia, mudança considerada por alguns autores como uma “estratégia de desconcentração concentrada<sup>11</sup>”, já que agora a Bahia não se limitaria a exportar apenas produtos agrícolas e passaria também a exportar commodities industriais ao Sudeste. Essa seria uma forma de integrar a economia baiana a regiões mais desenvolvidas, como o Sudeste e Sul do país.

O PLANDEB não chegou a ser aprovado na Assembleia Legislativa, no entanto, junto com outros grupos de trabalho que desenvolviam estratégias de desenvolvimento no Nordeste, a exemplo do Grupo Técnico para o Desenvolvimento do Nordeste - GTDN, coordenado por Celso Furtado, os mesmos serviram de base para a implementação das medidas de crescimento econômico, inclusive no período dos governos militares.

---

<sup>10</sup>Para maiores detalhes, ver Pessoti et al. (2015, p. 168-170).

<sup>11</sup>Para Ortega, Cerqueira, Silva (2016, p. 59) essa estratégia seria considerada uma desconcentração concentrada porque a Bahia passou de exportadora de *commodities* agrícolas à exportadora de *commodities* industriais ao Sudeste, fato que para os autores limitaram “[..]a internalização integral da industrialização no território baiano. Portanto, a industrialização ocorreu de forma concentrada, em especial na área metropolitana de Salvador, e limitada a poucos bens intermediários. Esse modelo também resultou em uma dependência maior da economia baiana em relação à economia nacional”.

Dentre essas transformações estruturais vivenciadas pela Bahia nos anos 1950 e 1960, podemos apontar: a expansão industrial via Petrobras<sup>12</sup>; a integração rodoviária por meio da construção de estradas (a exemplo da Rio-Bahia, e a BR – 324); o complexo Feira de Santana-Salvador-Aratu-Camaçari; a construção da usina hidroelétrica de Paulo Afonso; a refinaria Landulpho Alves, dentre outros. Essas mudanças ajudaram na nova composição do PIB baiano, tendo como destaque a queda da participação do setor primário, saindo de 43,4% (1950) para 39,7% (1960) e o aumento da indústria de 8,7% (1950) para 12,3% (1960), acarretando por sua vez em uma maior participação da indústria baiana na produção industrial brasileira, respectivamente 1,4% para 2,1%. (AZEVEDO, 2015).

Nessa direção, a criação do Centro Industrial de Aratu (CIA) em 1966 veio para fortalecer essas estratégias de desconcentração industrial. Com o CIA, houve um aumento de projetos e distritos industriais que se instalaram na Bahia devido aos incentivos federais que possibilitaram que houvesse uma redução do risco do capital privado, ampliando as expectativas e participação desses agentes nesse processo. Sendo assim, a questão espacial também contribuiu, já que o centro se situava próximo à capital, facilitando, por sua vez, a infraestrutura das empresas atraídas; uma vez que o CIA contava com vantagens portuárias; mas também com energia, água e demais suprimentos (TEIXEIRA; GUERRA, 2000).

Nesse processo, algumas lacunas surgiram, como por exemplo as altas taxas de rotatividade das empresas instaladas no CIA, que denotavam uma estratégia rentista, dado que essas empresas se instavam no centro industrial na busca dos incentivos federais; de modo que, findado esse benefício, as mesmas se deslocavam para centros mais dinâmicos. Contudo, apesar dessas distorções, essas políticas continuaram sendo utilizadas nos anos posteriores, consolidando a indústria baiana como uma das principais supridoras de produtos intermediários, com destaque para o setor químico, que incluía a petroquímica e metalurgia.

Vale ressaltar que as propostas do GTDN pautavam na produção de bens finais no Nordeste. No entanto, dadas as políticas de especialização regional que dominaram as

---

<sup>12</sup> “[...] No final da década de cinquenta o estado havia, mesmo que timidamente, iniciado o seu processo de industrialização, a partir, principalmente, de um impulso exógeno: os investimentos da Petrobrás em extração e refino de petróleo. As mudanças sociais também começam a se fazer sentir. Expandem-se a classe operária e a classe média urbana, essa última ocupada nas próprias fábricas e nas atividades de apoio do setor terciário. Devido aos relativamente altos salários pagos pela Petrobrás, os “petroleiros” passam a se constituir numa espécie de elite de trabalhadores, com acesso a bens de consumo até então só acessíveis às classes mais favorecidas” (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 4).

pautas referentes à matriz industrial na década de 1970, a economia baiana permaneceu na produção de bens intermediários, enquanto que os setores de bens finais eram localizados nas regiões Sudeste e Sul do Brasil. Dentre essas pautas, pode-se pontuar:

[...] a) o estado era, à época, o maior produtor de petróleo do país e, como visto, já possuía uma refinaria. Tinha-se assim, uma base técnica para a implantação do 2º polo petroquímico brasileiro na Bahia; b) nos primeiros anos da década de 70, havia uma carência na produção nacional de alguns insumos básicos usados pela indústria de transformação do Centro-Sul; e c) o Governo Federal tinha entre seus objetivos a diminuição dos desequilíbrios regionais (TEIXEIRA; GUERRA, 2000, p. 6).

Essas características permitiram que se instalassem na Bahia o Complexo Petroquímico de Camaçari (COPEC). Tal empreendimento, colocou o Estado em uma posição superior ao Nordeste e ao Brasil no que tange a taxas médias de crescimento do PIB, apresentando na década de 1970 uma expansão de 11,4% contra 9,7% da região Nordeste e 8,6% do Brasil (GUERRA; GONZALEZ, 1996).

Esse bom desempenho se estendeu nos primeiros anos da década de 1980, mesmo sendo este um período de forte contração econômica nos países latino-americanos. Na contramão desse cenário, a economia baiana conseguiu aumentar suas vendas de produtos químicos, principalmente pelas políticas de desvalorização cambial que impulsionaram as exportações, contemplando tanto as indústrias do centro-sul do país, quanto o mercado externo, conseguindo dessa forma escoar a produção e manter as taxas de crescimento (PESSOTI et al., 2015).

Por sua vez, essas políticas de defesa da indústria baiana não conseguiram se prolongar por toda década perdida. Nessa direção, a partir de 1986, a economia baiana passou a vivenciar uma inflexão no crescimento econômico do estado, cenário que se estendeu até os primeiros anos da década de 1990. Isso ocorreu por vários aspectos associados à crise internacional e brasileira, onde podemos destacar como fio condutor: a descontinuidade do modelo de desenvolvimento baseado na ação do Estado como o promotor da acumulação capitalista, o que acarretou em reduções nos investimentos públicos, principalmente daqueles considerados de grandes proporções (PESSOTI et al., 2015).

Essas reduções no papel do Estado acabaram inibindo a execução das políticas regionais, que serviam no período como elemento indutor nas reduções das disparidades e concentrações encontradas nas regiões sudeste e sul. Por sua vez, os efeitos das políticas neoliberais de reordenamento fiscal e redução dos investimentos públicos, adotadas no

governo Collor, também impactaram sobre as taxas de inflação e desemprego, que se elevaram, desencadeando efeitos negativos sobre a demanda agregada.

Na Bahia, a influência desses elementos culminou na paralisação dos investimentos na COPEC, impactando nas reduções do crescimento do setor de indústria química, apresentando taxas negativas nos anos de 1988, 1990 e 1991, respectivamente, -3,6%, -6,8% e -7,6% (PESSOTI et al., 2015). Essa paralisação afetou também o mercado de trabalho, desencadeando aumentos nas taxas de desemprego na região metropolitana de Salvador (RMS). Parcialmente, podemos associar esses aumentos aos processos migratórios, ocorridos anteriormente com a chegada da COPEC, no qual a população rural se deslocou para a RMS, atraída pelas oportunidades que o polo de Camaçari apresentava.

Ainda sobre essa inflexão, podemos apontar os efeitos da reestruturação da produtividade mundial que impactaram a Bahia com a queda nos preços das commodities, tal redução pode ser vinculada também ao aumento da concorrência de novos produtores. Sobre esses efeitos, é importante destacar que o cacau, principal produto comercializado nesse mercado, sofreu duplamente, tanto com a concorrência no mercado internacional, quanto pela doença da “vassoura de bruxa” (PESSOTI et al., 2015).

Por sua vez, esse baixo desempenho da economia baiana permitiu que se abrisse o debate sobre a importância da diversificação da produção agrícola e do parque industrial que se concentrava, até o início dos anos 1990, nos setores de química, petroquímica, mineração, metalurgia e celulose. Essas alterações, na dinâmica desses setores, seriam na época uma das poucas possibilidades existentes para que fosse possível manter as taxas de crescimento no estado. No entanto, essas alternativas dependiam também da melhora do cenário nacional, dada as limitações existentes no governo estadual para o estabelecimento de políticas macroeconômicas.

Essas mudanças começaram a ser desenhadas a partir de 1994, com a estabilização econômica promovida pelo Plano Real e a retomada dos investimentos produtivos. Nesse novo cenário, foi possível diversificar a pauta agrícola, reduzindo a dependência de outrora das lavouras de cacau; ampliando a produção da mandioca, da soja, do feijão, da cana de açúcar, do milho, dentre outros (PESSOTI et al., 2015).

O conjunto de tais alterações ocorreu devido, principalmente, às boas condições climáticas para o plantio desses produtos e seus respectivos preços, que vinham se valorizando no mercado internacional; ao contrário do cacau que passava por forte retração. Como resultado, a Bahia obteve uma tímida descentralização da região Sul do

estado (grande produtora de cacau), possibilitando uma maior participação das demais regiões no valor bruto da produção agrícola da Bahia<sup>13</sup>.

Nessa perspectiva, a retomada dos investimentos federais na Bahia foi beneficiada com os investimentos na duplicação da Refinaria Landulfo Alves e na Central de Matérias Primas do Polo Petroquímico de Camaçari. No entanto, para tentar reverter esse ciclo de crise na economia baiana, a diversificação do parque industrial se fazia necessária para complementar essas novas políticas regionais.

No final dos anos 1990, o governo estadual com o intuito de realizar essa diversificação passou a adentrar no setor automotivo, principalmente com a chegada do projeto Amazon (FORD), em Camaçari. Essa nova estratégia contou com a adoção de políticas de atração do setor automotivo, via programas de incentivos, a exemplo do Programa Especial de Incentivo do Setor Automotivo da Bahia (PROAUTO) que tinha como objetivo conceder diversos benefícios, tais como: o financiamento de capital de giro e investimentos em engenharia, pesquisa e desenvolvimento, dentre outros. Tudo isso para atrair novas empresas para o referido setor (GUERRA; GONZALEZ, 2001).

A exemplo do PROAUTO, o DESENVOLVE complementa esses programas de incentivo e diversificação das atividades industriais. Criado em 2001, o DESENVOLVE pautou-se na atração de investimentos por meio de isenções fiscais. Como resultado, obteve-se, até o ano de 2010, mais de R\$ 42 bilhões em investimentos industriais que foram responsáveis por cerca de 160 mil empregos formais (GUERRA; GONZALEZ, 2001).

No entanto, como pontuado por Pessoti et al. (2015), as propostas contidas nesses programas de diversificar as atividades industriais, não se fizeram totalmente eficazes, uma vez que a maior participação dos investimentos industriais na Bahia foi canalizada para as atividades orientadas para a indústria química. Vale destacar outro importante aspecto desse processo, que foi o aumento da desconcentração espacial na Bahia. Porém em proporção menor do que o esperado; uma vez que, como apontada pela literatura especializada, a infraestrutura no interior era insuficiente, implicando em dificuldades nos custos de escoamento da produção, mantendo-se a concentração em Salvador e na RMS.

Apesar dessas distorções encontradas nesses programas, a Bahia conseguiu alcançar a 6ª posição no que concerne ao PIB nacional. Mas de fato o que significa uma sexta posição? Uma economia menos desigual? Desenvolvida? Pensando nessas questões

---

<sup>13</sup> Para maiores informações sobre a participação desses produtos, ver Pessoti et al. (2015).

a próxima seção trará os impactos em termos sociais desses 70 anos de industrialização da economia baiana. A proposta aqui é verificar se além das mudanças estruturais discutidas anteriormente a Bahia conseguiu encontrar os trilhos do desenvolvimento social.

## **2.2 BAHIA: TERRA DE TODOS NÓS?**

Como discutido anteriormente a Bahia vivenciou fortes ciclos de estagnação nos anos 1940-1950, dado em grande medida pela realidade imposta às economias agroexportadoras, que na falta de diversificação em suas pautas tenderiam a sofrer frequentes oscilações em suas contas. No caso da Bahia, havia uma forte concentração na produção de cacau, o que a colocava em situação de dependência dos mercados internacionais e nacionais e das condições climáticas, a exemplo das recorrentes secas presentes na região Nordeste.

A solução prevista para que houvesse uma reversão desse cenário pautava-se na industrialização da economia baiana. Essa mudança foi possível com a descoberta do petróleo na Bahia, levando à construção da Refinaria Landulpho Alves e posteriormente nos anos 1970, o Complexo Petroquímico de Camaçari.

Esses desdobramentos culminaram em elevadas taxas de crescimento, inclusive no início dos anos 1980 quando o país vivenciava uma forte contração econômica associada à Crise da Dívida. Esse cenário de bonança atravessou a Bahia em diferentes momentos, mas seguindo sempre o efeito “Stop and Go”, ou seja, a Bahia não conseguia manter as taxas de crescimento por muito tempo e dada alterações do mercado externo e interno, se retraía.

Por sua vez, esse ciclo se repetia também quando o assunto eram as reduções das disparidades regionais. Tais mudanças estruturais ficavam quase sempre condicionadas às políticas regionais advindas do Governo Federal, fortemente influenciada nas décadas de 1950 e 1960 pelas ideias de dinamizar e impulsionar a indústria brasileira. No entanto, esse e outros métodos de planejamento não se estendiam à análise das peculiaridades e condicionantes de cada estado.

Percebe-se que a ideia de desconcentração contida nas políticas regionais, ficaram apenas no plano nacional com o fim de industrializar a economia baiana para que a mesma pudesse se aproximar da dinâmica dos grandes centros, principalmente aqueles localizados nas regiões Sudeste e Sul do país. Por sua vez, dentro do próprio estado não

houve um esforço para que as políticas regionais alterassem as estruturas desiguais, reforçando a redução das desigualdades e o atraso social da população lotada no interior do Estado da Bahia.

Essa heterogeneidade que nos preocupa quando refletimos sobre a realidade da economia baiana, pode ser visualizada a partir da dimensão espacial. Nela, podemos analisar a Bahia em 3 grandes áreas: O Litoral, o Oeste e o Semiárido. Nos polos dinâmicos localizados no Litoral e no Oeste se encontram as principais atividades que compõem o PIB baiano, sendo elas: a produção petroquímica e de papel e celulose, o turismo, o agronegócio ligado ao cultivo de grãos, o setor de serviços, a fruticultura e em parcelas menores os polos agrícolas ligados à produção cacaueteira. Já na região do semiárido, apesar de conter quase a metade da população baiana, inexistem tais polos dinâmicos, apenas algumas áreas com certas vantagens competitivas relacionadas à extração de minerais. No mais, o que se tem é uma população que tem a sua base econômica associada a agricultura familiar não capitalizada, fato este que a torna uma região pobre economicamente (PESSOTI et al, 2015; QUEIROZ et al, 2020).

Essa divisão espacial esteve presente também nos anos dourados do desenvolvimento, onde houve concentração dos investimentos produtivos em Salvador e RMS, e com algumas ressalvas alguns empreendimentos em Feira de Santana, como a instalação do Centro Industrial de Subaé (CIS) em 1969. Essa partilha fica mais nítida nas discussões mais recentes apresentadas por Queiroz et al. (2020, p. 10), nas quais eles destacam as disparidades encontradas nos investimentos na Bahia em 2003, nas palavras dos autores:

[...] do universo de 417 municípios baianos, 28 centros urbanos até 2003, concentravam aproximadamente 80% dos fluxos sociais e econômicos e mais de 50% da população baiana, 100% das matrículas dos cursos superiores, 84% dos médicos, 70% dos rádios licenciados da Bahia, 100% das redes transmissoras de televisão, mais de 80% das obras estaduais de saneamento básico, 100% das obras de complexos de viadutos e duplicação de rodovias, 100% dos portos e aeroportos comerciais.

Esse distanciamento entre a capital/RMS e o restante do estado, pode ser resultado também da própria limitação que o Estado exercia no âmbito estadual, impactando na orientação das políticas econômicas. Nessa direção, na ausência de um Estado dinamizador e que fomenta de fato o desenvolvimento econômico, se constituiu na Bahia, grupos de dominação oligárquica que se perpetuaram até os primeiros anos do século XXI.

Um exemplo desses grupos de dominação se encontra nos governos de Antônio Carlos Magalhães - ACM (ARENA/PFL) e seus aliados, conhecido como os “Carlistas”. Liderado pela figura de ACM, esse grupo vem exercendo influência política na Bahia desde os anos 1960. Além da dominação política, estende-se também o controle midiático e a pouca participação popular na elaboração das políticas públicas. Com ressalva, as poucas experiências de participação popular na gestão de políticas públicas contidas em alguns municípios, a exemplo dos programas desenvolvidos em Vitória da Conquista e Salvador<sup>14</sup> (AZEVEDO, 2015).

Ademais, no que tange às principais ações dos Governos Carlistas, pode-se destacar a implantação do programa de privatizações, o controle de gastos e a redução das despesas, pauta associada à Reforma Administrativa iniciada nos anos 1990 em âmbito federal. Para as autoras Laczynski e Pacheco (2009) essas reformas teriam como proposta a modernização da máquina administrativa, o que incluía o uso de novas tecnologias da informação, criação de carreiras, capacitação dos servidores e a criação de serviços que facilitassem o atendimento ao cidadão, a exemplo do SAC.

Outro aspecto interessante desse período é a tentativa de promover o desenvolvimento econômico do Estado a partir da criação de novos polos de desenvolvimento atrelados a setores já existentes e até então com pouca articulação no Estado, como: turismo, comércio, agroindústria, pecuária, mineração.

Tais propostas fizeram parte dos Planos Plurianuais (PPA) das gestões de Paulo Souto nos anos 2000. No entanto, como em outras políticas de descentralização geridas na Bahia, os recursos orçamentários para dinamizar esses setores foram em grande parte destinados a Salvador e RMS, divergindo da proposta inicial (ORTEGA; CERQUEIRA; SILVA, 2016, p. 63).

Apesar dessas divergências, as políticas de viés neoliberal se apresentaram na década de 1990 e início dos anos 2000 como a solução mais eficaz para os problemas econômicos da Bahia. Porém quando analisamos atentamente os indicadores socioeconômicos do período<sup>15</sup>, as melhoras sociais se apresentam de maneira bem tímida. De acordo com Alban (2006), em 1999 quando comparados ao Estado de São Paulo e ao

---

<sup>14</sup> Para maiores detalhes consultar Milani (2006).

<sup>15</sup> Para essa análise, será acrescentando os dados referentes ao Estado de São Paulo, que representa a dinâmica dos estados desenvolvidos no Brasil, que dentre muitos aspectos, se destacam pelos avanços em alguns indicadores e por conseguinte, na melhora das condições de vida de sua população.

Brasil, a Bahia apresentava os piores resultados em diferentes indicadores, como se constata na Tabela 1.

**Tabela 1 – Principais indicadores socioeconômicos: Bahia, São Paulo, Brasil – 1999 (%)**

Indicador	Bahia	São Paulo	Brasil
Índice de Pobreza	36,5	7,2	20,1
Índice de Desigualdade de Renda	20,2	16,6	22,1
Taxa de Formalização do Emprego	25,2	47,6	34,0
Taxa de Cobertura Previdenciária	23,8	61,2	43,3
Taxa de Analfabetismo	24,7	6,2	13,3
Taxa de Defasagem idade/série (ensino médio)	73,5	36,3	53,3
Taxa de Domicílios urbanos com saneamento básico	44,3	91,1	62,3

Fonte: Elaboração própria, baseado em Alban (2006).

O primeiro indicador analisado na Tabela 1 foi o índice de pobreza. Nele, considerou-se pobres os indivíduos que receberam até meio salário mínimo de renda per capita mensal. Como resultado, a Bahia apresentou números mais expressivos de pobres quando comparados ao Estado de São Paulo e ao Brasil. Essa tendência se estendeu as desigualdades na dimensão renda, que considerando a renda dos 10% mais ricos dividida pela renda dos 40% mais pobres, encontrou-se novamente percentuais mais elevados na Bahia, refletindo a concentração de renda que assola o Estado (ALBAN, 2006).

Essa alta concentração de renda nos ajuda a compreender os demais indicadores, dentre eles: a taxa de saneamento básico, que em São Paulo aproximava-se da universalização enquanto a Bahia situava-se em 44,3%. Esses dados nos remontam às disparidades espaciais mencionadas anteriormente, onde temos que a Bahia apesar de ser composta por 417 municípios, há uma grande concentração populacional em Salvador/RMS e nas principais cidades do Estado, enquanto os demais municípios, pouco desenvolvidos até esse período da análise, se apresentam sobre as bases rurais, tendo o acesso a serviços e infraestrutura pública muito precários.

Em consonância com esses resultados, os dados apresentados por Ortega, Cerqueira, Silva (2016) mostram que, em 2001, 68,45% das famílias baianas residiam na área urbana. No entanto, o que mais chama atenção nesses dados são as disparidades de rendimentos compostas nessa divisão, uma vez que entre as famílias que residem na área urbana, por exemplo, a renda média era de R\$ 536,46, valor superior à média baiana que era de R\$ 452,12 e muito acima da média no meio rural que era nesse período de R\$ 190,04.

Retornando a Tabela 1, quando se analisa o mercado de trabalho no que tange à formalização do emprego, a Bahia apresentou taxas inferiores à média nacional incidindo em uma maior proporção de trabalhadores informais e sem acesso/cobertura previdenciária. Essa precarização no mercado de trabalho também se associa à baixa qualificação da mão-de-obra que pode ser verificada pelos anos de estudos, onde temos que a média de anos de estudos da população maior de 10 anos é de 4,2% na Bahia frente a 6,8% em São Paulo e 5,8% no Brasil (ALBAN, 2006).

Quando partimos para análise das taxas de analfabetismo (considerando a população maior de 15 anos), novamente a Bahia apresentou os piores resultados. Essa proporção é ainda maior quando tratamos das taxas de analfabetismo funcional, onde 48,3% se encontrou na Bahia frente aos 19,3% em São Paulo e 29,4% no Brasil (ALBAN, 2006).

Ainda sobre as taxas que envolvem a dimensão educação, a Bahia se encontrava no período com a maior defasagem no ensino médio (relação idade/série). Apesar dessa análise ter sido realizada em 1999, no que tange a dimensão educação, a mesma ainda apresenta resultados preocupantes em períodos mais recentes. Em 2010, de acordo com o IDHM, a Bahia atingiu o valor de 0,55, perdendo no Nordeste apenas para os Estados de Alagoas e Maranhão que atingiram no período 0,52 e 0,54. O melhor resultado foi atingindo pelo Estado do Ceará (0,61) (PNUD, 2020).

Contudo, mesmo apresentando resultados desfavoráveis sobre as condições socioeconômicas da população baiana, as políticas neoliberais do grupo carlista permaneceram sendo utilizadas até o início dos anos 2000. As mudanças nos rumos da formulação de políticas econômicas na Bahia só passaram a ganhar fôlego com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva (PT) à Presidência da República em 2003, mesmo que nesse período tivéssemos ainda governos estaduais da base de apoio carlista, os mesmos começaram a se enfraquecer internamente, culminando em perda de apoio e na derrota em 2006 do governo do Estado para o petista Jaques Wagner.

Essa vitória significou por um lado, uma nova alternativa as políticas neoliberais adotadas no Brasil nos anos 1990 e utilizadas por extensão na Bahia, como a agenda de defesa de estado mínimo e as reduções dos gastos públicos, que apresentaram como resultado a queda dos investimentos produtivos. Por outro, com o novo governo abria-se a possibilidade de haver uma maior participação das demais regiões baianas no desempenho da produção do Estado, assim como se tornava possível a integração com o

Governo Federal a fim de que a Bahia se beneficiasse principalmente das obras de planejamento vinculadas ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)<sup>16</sup>.

De fato, essa reorientação das políticas econômicas no Governo Jaques Wagner pode ser vista nas propostas contidas no PPA estadual (2008-2011). Nelas, o governo passou a adotar a estratégia de planejamento territorial já utilizada no âmbito federal. Com essas políticas de desenvolvimento territorial, seria possível monitorar e alcançar regiões menos desenvolvidas do Estado, principalmente as regiões rurais. Na Bahia, foram estabelecidos pelo governo do estado da Bahia os Territórios de Identidade (TIs) (ORTEGA; CERQUEIRA; SILVA, 2016).

[...] Os objetivos dos TIs são: crescimento econômico; fortalecimento dos pequenos empreendimentos; ampliação do emprego e melhor distribuição de renda; maior qualidade de vida; equilíbrio (social, de gênero, étnico, racial e territorial); e fortalecimento de identidades culturais (ORTEGA; CERQUEIRA; SILVA, 2016, p. 66).

Nesse tipo de política, são consideradas as microrregiões do estado, o que teoricamente facilitaria a interpretação das necessidades e principais problemas vividos por aquele grupo de municípios. Um exemplo da aplicação dessas políticas se encontra na divisão do território rural, onde podemos encontrar os territórios da Chapada Diamantina, do Sisal, Sertão do São Francisco, dentre outros. Em suma, a proposta desse monitoramento é o de realizar políticas em infraestrutura econômica e social, com intuito de elevar as potencialidades dessas localidades. Por sua vez, esse tipo de política também ajudaria a compreender a Bahia para além dos limites espaciais de Salvador e RMS (ORTEGA; CERQUEIRA; SILVA, 2016).

Com efeito, a partir desse recorte, juntamente com a adesão dos índices de performance econômica (IPE) e o de performance social (IPS)<sup>17</sup>, assim como o uso das análises do comportamento de algumas variáveis macroeconômicas foi encontrado em 2010 nos territórios rurais que os dois menores PIBs localizavam-se nos Territórios Velho Chico (R\$ 1.828 milhões) e em Irecê (R\$ 1.945 milhões). Esses valores chamam a atenção

---

<sup>16</sup>De acordo TCU (2009) as obras do PAC tinham como objetivo promover o crescimento e desenvolvimento econômico do país a partir de investimentos em infraestrutura (eixos de logística, energia e social e urbano) e das medidas institucionais (desonerações, estímulo ao crédito e financiamento, entre outros).

<sup>17</sup>O Índice de Performance Econômica (IPE) e o Índice de Performance Social (IPS) destinam-se a classificar os Municípios e Territórios de Identidade com a finalidade de retratar a realidade municipal e territorial no período de tempo analisado. O indicador tem como objetivo nortear o bom emprego de recursos públicos, atentando para as prioridades a serem atendidas no recorrente comprometimento de mitigar as disparidades econômicas e sociais historicamente presentes no Estado da Bahia (SEI, 2013, p. 2).

porque o território rural com o melhor desempenho atingiu o triplo desses valores (6.834 milhões) (ORTEGA; CERQUEIRA; SILVA, 2016).

De acordo os autores Ortega, Cerqueira, Silva (2016) esses resultados refletem o impacto das diferentes atividades realizadas nesses territórios. No Litoral Sul, prevalecem as atividades ligadas ao setor de serviços (turismo e comércio), que representam quase 70% do PIB de seu território. Já nos Territórios Velho Chico e Irecê residem as atividades relacionadas à agropecuária. Nessas atividades, além da dependência de boas condições climáticas e do mercado externo e interno, é presente também a informalidade no mercado de trabalho, o que implica na falta de acesso à previdência social e demais benefícios, assim como o baixo desempenho econômico desses territórios.

De fato, o que se pode observar com essas mudanças estratégicas é que houve uma reorientação no sentido de se buscar políticas que promovessem maiores níveis de integração territorial, não deixando de lado as políticas de atração e incentivo dos investimentos industriais. Tal reorientação culminou nas obras do PAC, principalmente nos investimentos em infraestrutura. Sobre a avaliação do desempenho do PAC na Bahia no período de 2007 a 2010, Pereira (2013, p. 185-186) aponta que:

[...] Das 27 obras de caráter logístico, apenas seis (22,22%) foram realizadas na Bahia contra 21 (77,78%) que não o foram. [...] No setor energético, constata-se que, dos 50 projetos, 12 (24%) foram realizados e 38 (76%) não o foram. [...] A área social e urbana deve ser avaliada com cuidado, pois, apesar de haver planejado 481.735 empreendimentos, destes, 450.391 foram realizados e 31.344 não o foram. Isso ocorreu porque a área de energia elétrica realizou um total de 450.000 ligações individuais (programa Luz para Todos), não contemplando projetos e, sim, ligações individuais de serviços que não atendem a necessidades coletivas, mas à individualidade de cada residência. Se forem avaliados os projetos da área social e urbana, a quantidade concretizada foi de 23% do total de obras concluídas, enquanto 77% não foram realizadas.

Como se observa, tais obras não foram executadas em sua totalidade, seja pelas dificuldades na frágil infraestrutura existente no estado ou pelo próprio histórico de concentração econômica presente no decorrer da evolução da economia baiana. Apesar dessa lacuna, o alinhamento com o Governo Federal foi de suma relevância para apresentar novos rumos para a Bahia, principalmente pelos investimentos produtivos gerados nesse breve período. Todavia, a fim de que se pontue esse redirecionamento das políticas econômicas, a próxima seção contará com um breve levantamento dos principais resultados encontrados no último Censo Demográfico do IBGE – 2010. Nela, ainda é presente muitas lacunas no que tange a avanços expressivos na questão social.

### 2.2.1 A Economia Baiana – 2010

Como foi possível constatar nas discussões anteriores, a economia baiana passou à apresentar avanços realmente significativos a partir do processo de industrialização dos anos 1950, com destaque ao fortalecimento da indústria química que em seu auge ajudou no crescimento econômico do Estado na Crise dos anos 1980, período este, em que os demais estados brasileiros sofriam dificuldades impostas pelas políticas de desvalorização cambial. A Bahia nesse cenário, figurou-se como uma das principais exportadoras do setor químico, aquecendo tanto a demanda interna, quanto a externa.

No entanto, esse bom desempenho não conseguiu se manter a partir de meados de 1986. Fazendo surgir uma nova fase da economia baiana – a estagnação. Esse nova fase, perpassou boa parte dos anos 1990, com ressalva a alguns investimentos produtivos que ajudaram à reanimar a economia industrial no período. No mais, além do enfraquecimento da indústria baiana, poucas políticas foram implementadas para que se alcançasse o desenvolvimento econômico do Estado, com destaque as políticas que visassem a melhora das condições socioeconômicas da população.

Em sinal de descontinuidade com alguns aspectos da década de 1990, os anos 2000 apresentaram novamente uma onda de otimismo sobre a economia baiana, principalmente pelas mudanças políticas ocorridas no âmbito federal e estadual. Com isso, foi possível verificar a implementação de políticas econômicas que promovessem à retomada dos investimentos públicos, com destaque às obras de infraestrutura do PAC e os novos investimentos no setor industrial.

Porém, o que de fato representa esse novo reordenamento das políticas econômicas no que tange às condições de vida dos baianos? Na busca por essas respostas, será pontuado de forma sucinta alguns resultados encontrados nas dimensões: renda; acesso à serviços públicos; mercado de trabalho e gênero/etnia, para o ano de 2010. Tendo como principal fonte os microdados do Censo Demográfico do IBGE (2010) e os resultados obtidos por Santos (2017).

Dessa maneira, o primeiro indicador a ser analisado será o IDH do Estado da Bahia. Nele, encontramos que nos anos 2000, a Bahia apresentava o IDH de 0,512 pontos (alcançando a vigésima terceira posição em comparação com os demais estados brasileiros), já em 2010 houve um aumento nesse ranking e a Bahia atingiu 0,660 pontos, ou seja, saiu da vigésima terceira posição para a vigésima segunda, sendo os melhores desempenhos encontrados nos municípios de Salvador, Lauro de Freitas, Barreiras, Luís

Eduardo Magalhães, Feira de Santana, Itabuna e Madre de Deus, todos acima de 0,700 (PNUD, 2020).

Apesar desses avanços, a Bahia se encontra muito longe de uma melhora real, principalmente quando a comparamos com os 10 estados com melhores desempenhos, onde todos apresentam índices considerados altos pela PNUD (acima de 0,700), com destaque ao Distrito Federal que se apresentou como muito alto, obtendo média acima de 0,800 (PNUD, 2020).

Esses resultados chamam atenção pelo fato da Bahia se apresentar como o estado mais populoso do Nordeste e o quarto em comparação com os demais estados brasileiros. O que se esperaria nessas condições, fosse que o Estado obtivesse um melhor desempenho nos indicadores de IDH. Mas, o que se encontrou em 2010 foi um estado com parcelas significativas de pobres, aproximadamente 55%, sendo destes, 80% autodeclarados negros/pardos/indígenas. Vale ressaltar, que em 2010 o salário mínimo instituído no Brasil se encontrava no valor de R\$ 510,00, considerando a linha da pobreza utilizada em Santos (2017) que seria até meio salário mínimo do ano em questão, tínhamos um número elevado de baianos com renda de até R\$ 255,00.

Nessa distribuição, encontrou-se que entre os pobres, o grau mais alto de instrução foi o ensino fundamental I (antigo primário – 1ª a 4ª série) com 41,80%, enquanto para os não pobres o nível mais alto foi o ensino médio (38,37%). Quando tentamos vislumbrar os avanços no ensino superior para Bahia, partindo do ponto que houve o incentivo do ingresso de alunos às universidades, uma vez que foram realizadas em âmbito federal políticas públicas de criação dos institutos federais e universidades (SANTOS, 2017; IBGE, 2011).

Pode-se observar que ainda é baixo o percentual de estudantes com ensino superior completo na Bahia, aproximadamente 12% da população, sendo que destes apenas 0,96 considerados pobres obtiveram o título. Essas disparidades se estenderam também aos níveis de mestrado e doutorado, onde os não pobres atingiram melhores resultados, aproximadamente (0,40 e 0,17) frente a (0,15 e 0,06) dos pobres (SANTOS, 2017; IBGE, 2011).

Outra questão relevante quando discutimos desigualdades de renda na Bahia é sobre os percentuais de baianos inseridos na categoria de trabalho informal, esse número é mais expressivo entre os pobres (43,55) frente aos (22,70) dos não pobres. Sendo a subcategoria trabalho doméstico a que mais abarcou as vagas ocupadas sem carteira de trabalho assinada. Dessa subcategoria, temos que as mulheres são as mais atingidas, com

destaque as mulheres pretas/pardas/indígenas que representaram 8,75% em comparação com as brancas/amarelas que obtiveram 6,41% (SANTOS, 2017; IBGE, 2011).

Esses resultados se complementam aos valores encontrados na categoria de empregos formais, nela observa-se que as mulheres brancas/amarelas juntamente com os homens brancos/amarelos são minoria na população baiana, representando juntos aproximadamente 24%. No entanto, como demonstrado por Santos (2017), entre as mulheres brancas/amarelas observou-se melhores resultados no que tange ao emprego com carteira de trabalho assinada, 43,76% ao passo que as mulheres pretas/pardas/indígenas atingiram 40,20%, reafirmando por sua vez, as desigualdades por cor/etnia encontrados em nosso Estado que se associam também as diferenças de rendimentos e grau de instrução.

Quanto ao acesso aos serviços públicos, encontrou-se mais uma vez que os melhores desempenhos no que tange ao acesso a serviços como: coleta de lixo, abastecimento de água, saneamento e energia elétrica foram vistos entre os não pobres e brancos/amarelos, com ressalva ao acesso à energia elétrica que entre os dois grupos se aproximavam da universalização. Entre essas disparidades, a que podemos considera-la mais expressiva é o serviço de rede de esgoto. Nele, obteve-se entre os não brancos e não pobres a média de aproximadamente 66,10% enquanto o outro grupo (pretos/pardos/indígenas e pobres) só atingiu 42,35% (SANTOS, 2017; IBGE, 2011).

Por fim, nota-se, que para o ano de 2010 foram encontrados no Estado da Bahia, resultados que se assemelham com aqueles identificados em 1999 (Tabela 1), apesar das mudanças na gestão estadual e federal. Nesses dois períodos, constatou-se um número elevado de pobres e de trabalhadores informais, salientando possíveis lacunas no que tange à reduções nas desigualdades de renda, gênero, cor/etnia, dentre outras.

Isso ocorre, parcialmente, pelas características que alguns estados apresentam, a exemplo do conceito de estados periféricos, na qual Pessoti et al (2015) descrevem como: estados que não tem o poder de controle das variáveis e políticas macroeconômicas. Em complemento, a Lei de Responsabilidade Fiscal se apresenta também, como instrumento de limitação na tomada de decisões, já que impõe o controle dos gastos dos municípios e estados. Dessa forma, o problema da não superação das desigualdades no Estado da Bahia não se restringem apenas aos tipos de políticas macroeconômicas adotadas (considerando o viés contracionista ou expansionista) ou ao alinhamento político existente.

Não obstante, como se pode constatar neste capítulo, em diferentes percepções os problemas vivenciados pela população baiana sempre tangenciaram os elementos: papel

do Estado e o desenvolvimento das políticas públicas. A partir deles, que se passou a buscar entender de uma maneira mais clara os problemas socioeconômicos do Estado, tendo respostas adicionais para o velho problema do atraso abordado pelo ex-governador Otávio Mangabeira, que por sua vez se vinculava com o porquê da não industrialização da Bahia.

Posteriormente, esse problema do atraso identificado também como o Enigma Baiano por Pinto de Aguiar (1958) apresentou-se como superado, uma vez que a industrialização passou a tomar forma na Bahia nos anos 1950. Para essa superação do Enigma, o aparato do Estado como indutor desse processo foi essencial para que fossem realizados os investimentos públicos na criação de polos industriais (o que inclui infraestrutura, logística, financiamentos) e incentivos fiscais para que houvesse a atração de mais empreendimentos.

Apesar das restrições que os estados possuem na tomada de decisões, houve também participação de investimentos do governo da Bahia nesses projetos, assim como no desenvolvimento das políticas econômicas. O grande X da questão é que aparentemente, as políticas econômicas estaduais não conseguiram controlar o aumento das desigualdades no Estado, que se intensificaram após a industrialização. Vale ressaltar, que as indústrias se localizavam em Salvador e RMS, salvo alguns empreendimentos que foram para Feira de Santana. Aos demais municípios, o que se pode observar foi um grande abandono das políticas sociais e do desenvolvimento dos mesmos.

Contudo, essa situação teve o seu maior agravamento com os processos de deslocamentos ocorridos no período, onde a população que vivia no interior da Bahia se viu atraída pelas oportunidades de melhora de vida contidas em Salvador e RMS advindas do processo de industrialização e passaram a migrar para esses grandes centros econômicos.

Em parte, essa situação se sustentou pela falta de políticas públicas focadas nas demandas da população não residente da capital. Houve um abandono das políticas de incentivos das atividades agrícolas, levando a decadência da mesma, ocasionando o fechamento de diversos postos de trabalhos espalhados pelo estado e o deslocamento dessa população para os grandes centros.

Esse problema se assemelha aos vivenciados em outros momentos pela economia brasileira, onde a população que se deslocava para esses centros dinâmicos não conseguiam se inserir no mercado de trabalho para a qual foram atraídas, principalmente

pelo baixo nível de instrução, o que impactou no aumento da pobreza e nas baixas condições sociais da população.

Apesar da ocorrência de ciclos de crescimento da economia baiana, com destaque aos anos 1970 e meados dos anos 1980. Esse cenário, não conseguiu se manter por muito tempo, uma vez que a Bahia assim como o Brasil convive há muitos anos com ciclos de crescimento seguido dos de estagnação. O que nos chama a atenção, é que até nesses ciclos de boom econômico a Bahia não se desenvolve de maneira homogênea, as mudanças quando de fato ocorrem se concentram em Salvador e na RMS, levando-nos a compreender os resultados encontrados nos trabalhos de Santos (2017) para o ano de 2010.

Neles, a autora buscou expressar por meio de algumas dimensões as desigualdades encontradas no Estado da Bahia. Todavia, ao compará-los com os resultados encontrados nos anos 1990 é possível notar algumas mudanças importantes, a começar pela atenção com as questões sociais, presente nas políticas de implementação de Territórios de Identidade, que tinham como pressuposto o mapeamento das principais necessidades e problemáticas das regiões localizadas fora da capital e da RMS. Com isso, foi possível alocar de maneira mais eficiente os recursos vindos de programas de transferência de renda do âmbito federal para a Bahia, uma vez que o primeiro passo para a descentralização dos investimentos na capital e na RMS já tinha sido dado com a adoção dos Tis.

Dentre as muitas tentativas mencionadas neste capítulo, depois do processo de desenvolvimento do Estado via industrialização, aparentemente os anos 2000 tem demonstrado melhoras no que tange as questões sociais, principalmente no que se refere ao acesso a serviços essenciais como: energia elétrica.

Porém como se sabe, ainda existe um caminho extenso para ser percorrido, uma vez que o dados do último Censo Demográfico do IBGE – 2010 identificaram persistentes desigualdades, por vezes consideradas antigas, mas ainda não superadas, como a miséria, o baixo acesso a serviços públicos e ao mercado de trabalho formal, principalmente entre os mais pobres.

Dessa forma, após essas discussões introdutórias contidas neste capítulo, faria algum sentido afirmar que: seria a “Bahia, a terra de todos nós” como estampou o slogan do segundo mandato de Jaques Wagner em 2010? Pensando nas respostas para essa provocação, as próximas seções irão trazer a análise do período posterior à 2010 onde é presente uma maturação dos investimentos federais, principalmente em infraestrutura e

nas questões sociais, o que, de certa maneira, poderia impactar de maneira positiva sobre a economia baiana.

Dessa forma, caberá a análise mensurar os impactos das políticas neoliberais no período de 2011-2018, levando em consideração as condicionalidades e limitações impostas aos estados, a fim de que se possa verificar se houve melhoras nas condições de vida dos baianos, ou se a Bahia estaria apenas dando continuidade as desigualdades já existentes, e mais uma vez, não teria encontrado os rumos do desenvolvimento.

### **3 OS IMPACTOS DAS POLÍTICAS NEOLIBERAIS NA ECONOMIA BAIANA 2011 – 2018**

Tendo em vista as discussões referentes ao desenvolvimento das políticas neoliberais sobre a economia brasileira, este capítulo tem como objetivo apresentar os impactos dessas políticas sobre a economia baiana no período 2011-2018. Para isso, esse capítulo se dividirá em três seções, sendo a primeira relacionada à análise do cenário macroeconômico nacional e suas principais implicações no período de 2011-2018.

Em seguida, a pesquisa se direcionará para o estudo do Estado da Bahia, iniciando-se pelo primeiro período (2011-2014) que em linhas gerais, revela a situação de uma economia que já demonstrava sinais de recessão, mas que ainda apresentava resultados positivos, por consequência dos períodos anteriores que tiveram elevados aumentos do emprego formal e do nível das remunerações, que contribuiu demasiadamente para o aumento da renda da população.

Por fim, a última seção se destinará a análise do segundo período (2015 – 2018), onde se destaca por apresentar baixo estímulo da produção e da renda, bem como o aumento expressivo do desemprego. Esses elementos se associam à nova dinâmica da economia brasileira, o que configura em uma combinação de políticas de austeridade associadas a crise política e econômica. Todavia, o que se espera nessas seções é expressar o processo de desenvolvimento dessas políticas neoliberais no período proposto, salientando o impacto delas sobre as condições de vida da população baiana.

#### **3.1 O DESEMPENHO DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 2011-2018**

O período de 2011 a 2014 marca o primeiro mandato da presidenta Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores), o que representou a princípio uma continuidade do projeto político do Governo Lula, principalmente no que tange ao uso de políticas monetárias restritivas e políticas fiscais expansionistas.

No entanto, diferentemente do Governo Lula, o cenário externo em 2011 não se apresentou de maneira tão otimista, assim como a conjuntura nacional que vivenciava um processo de aceleração da inflação combinado com à expansão do crédito, herdado de períodos anteriores.

Dessa forma, a fim de mitigar os possíveis efeitos recessivos desse cenário, inicialmente, o Governo Dilma, optou em 2011, pela reorientação das políticas fiscais,

que passaram de expansionistas para restritivas, apresentando uma primeira alteração no padrão adotado no Segundo Governo Lula.

Tal medida, impactou em cortes nos gastos públicos, com destaque aos investimentos públicos. Refletindo na contração do PIB que cresceu 2,7% (2011) e 0,9% (2012), frente ao crescimento de 7,5% (2010). Quanto as políticas monetárias, permaneceu-se elevadas as taxas de juros, assemelhando-se às políticas utilizadas no período Lula (BIANCARELLI, 2014).

Em 2012, essas políticas sofreram novas alterações, com destaque a política monetária, que abandonou o caráter contracionista e migrou para o “flexível”. Na prática, o Governo Federal optou por reduzir as taxas de juros básicas, atingindo em outubro de 2012, o patamar de 7,25%, culminando em desaprovações dos agentes financeiros que se beneficiam dos altos juros pagos pela dívida pública via mercado especulativo (LOPREATO, 2015).

Como vimos até aqui, as políticas econômicas utilizadas para conter a expansão do crédito e o aumento da inflação não apresentaram resultados tão satisfatórios, com destaque as políticas fiscais restritivas que resultaram em quedas no crescimento da economia brasileira. Para sanar esses efeitos, o Governo Federal optou por criar mecanismos de incentivos ao setor privado, a exemplo das concessões nos setores de infraestrutura: portos e aeroportos; e as desonerações tributárias (LOPREATO, 2015).

No que tange às desonerações, as mesmas já haviam sido utilizadas no governo Lula, a fim de reverter os efeitos da Crise de 2008 e evitar possíveis aumentos dos estoques dos produtos, a exemplo das políticas de reduções dos impostos sobre automóveis e bens de consumo duráveis. A grande novidade apresentada pelo governo Dilma, passou a ser a forma indiscriminada que essas medidas foram adotadas, não havendo setores específicos a serem beneficiados. O que incluía reduções do IPI sobre máquinas e equipamentos a desonerações sobre a folha salarial (CARVALHO, 2018).

Quando ao custo dessas desonerações, encontrou-se fortes disparidades com essas renúncias sobre as receitas. De acordo com Oliveira e Noije (2019, p. 14), em 2012 a renúncia foi de aproximadamente “[...] R\$ 45,5 bilhões (0,9% do PIB) e no ano seguinte alcançou R\$ 74,8 bilhões (1,4% do PIB). Em 2014, o impacto das desonerações chegou a R\$ 101,3 bilhões, o equivalente a 1,8% do PIB”. Lembrando que essas isenções não tiveram contrapartidas, ou seja, não geraram novos investimentos.

Se retornarmos aos princípios keynesianos abordados no capítulo 1, onde as expectativas guiam às ações dos empresários, temos que na ausência de um cenário

favorável, o que incluíam nesse período os efeitos da crise internacional e o endividamento do empresariado com investimentos anteriores, não haveriam razões para os empresários investirem, mesmo com essas renúncias fiscais. Dessa forma, o mais importante nesse cenário se torna arcar com seus compromissos financeiros e reduzir os graus de endividamento, o que torna a política de desonerações apenas um paliativo, já que os auxiliam em incrementos na margem dos lucros, mas não garantem um faturamento maior (aumento das vendas), o que acaba desestimulando os empresários à contrair novos investimentos (CARVALHO, 2018).

Por sua vez, quando passamos a analisar a economia brasileira para o ano de 2013, observamos que essa combinação de desonerações e taxas de juros baixas começou a provocar distúrbios, em âmbito nacional, culminando no retorno às políticas monetárias de elevação das taxas de juros. Vale ressaltar que, essas mudanças se pautaram em grande parte pela recuperação da economia norte-americana, o que incluía a elevação da sua moeda e a desvalorização das demais (SEI, 2013).

Essas novas reorientações das políticas econômicas, podem ser melhor visualizadas quando passamos a observar os resultados encontrados nas despesas primárias do Governo Central entre 2011-2014 (Tabela 2). Nelas, temos que em termos reais, as transferências de renda se mantiveram em crescimento, demonstrando uma continuidade com o governo antecessor.

No entanto, Dweck e Teixeira (2017) sugerem que a ampliação não se deu em todos os programas; as exceções ficaram para os programas: Brasil sem Miséria e o Bolsa Família, os demais permaneceram sob a ótica do crescimento vegetativo, vinculados às valorizações do salário mínimo.

**Tabela 2 – Despesas primárias do Governo Central – 2011 a 2014**

<b>Variação Real em (%)</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>Média 2011-14</b>	<b>Média 2007-10</b>
Total	-2,74	4,70	6,09	5,44	3,37	9,47
Pessoal e encargos sociais	1,16	-1,89	2,82	1,87	0,99	6,65
Transferências de Renda	4,65	7,33	6,97	4,96	5,98	7,12
Investimentos	1,14	10,27	-2,81	14,84	5,86	25,09
Custeio	-21,41	4,60	10,92	7,57	0,42	15,76

Fonte: Elaboração própria, baseado em Oliveira e Noije (2019).

Adicionalmente, as taxas de crescimento dos investimentos apresentaram queda em quase todo o quadriênio (2011-2014), exceto nos anos de 2012 e 2014, sendo este

último, resultado dos investimentos na Copa do Mundo em que o Brasil sediou. Com efeito, mesmo com esses períodos de crescimento, quando se compara as médias encontradas entre 2007-2010, a diferença é bastante expressiva, 25,09% contra 5,86% (2011-2014) (OLIVEIRA; NOIJE, 2019).

Além dos investimentos com a Copa do Mundo, esse quadriênio contou também com investimentos públicos nos projetos de concessões, como ilustrado por Carvalho (2018, p. 39), “[...] 260 bilhões de reais em infraestrutura, distribuídos em aeroportos, portos, rodovias, transporte urbano, geração e transmissão de energia elétrica e telecomunicações”. Para a autora, a intenção do Governo Federal com essas concessões, era atrair uma maior participação da iniciativa privada para o setor de infraestrutura, objetivando promover o barateamento das tarifas e a melhoria desses serviços.

Apesar desse novo direcionamento dos investimentos públicos e das demais políticas econômicas, ainda era presente no primeiro governo Dilma a presença do Estado como indutor da demanda agregada e novamente, assim como no período Lula, os efeitos expansionistas de algumas medidas compensaram a redução dos impactos do uso de políticas restritivas.

Essa situação passou a se alterar no ano de 2015, quando houveram novos aumentos nas taxas de juros, atingindo em julho do mesmo ano o percentual de 14,25%. A justificativa para esse aumento pautou-se na aceleração da inflação, desencadeada pela elevação dos preços administrados, com destaque para as tarifas de energia elétrica (51%), gasolina (20,1%) e gás de bujão (22,6%) (CARVALHO, 2018).

Em paralelo com essas medidas, as políticas fiscais ficaram ainda mais restritivas, com os cortes no orçamento. Estes, em termos reais, representaram uma queda nas despesas primárias em 2,9% e, por sua vez, impactou novamente sobre as expectativas dos empresários, em termos de investimentos privados que despencaram em 13,9% (CARVALHO, 2018).

Além da retomada da alta dos juros, iniciou-se em 2015 a proposta de um novo ajuste fiscal, o que incluía o congelamento das despesas primárias do Governo Federal por 20 anos (EC/95) e as reduções da meta de superávit primário. Como esperado, essas medidas recessivas agravaram a situação de baixo dinamismo vivido pela economia brasileira, desencadeando uma nova onda de perda de confiança dos empresários, aumento do desemprego, reduções do salário real médio e do consumo e elevações da dívida pública.

Nesse mesmo sentido, a PEC do teto (2017) passou a servir de escudo para todas as questões de deterioração fiscal, nas quais podemos destacar a queda de arrecadação tributária e o pagamento de juros. De maneira que, ao não se questionar sobre essas causas e atribuir culpa exclusivamente ao crescimento das despesas primárias, a PEC surgiu como solução para esse entrave, ao restringir o orçamento público (despesas primárias) por até vinte anos.

Vale ressaltar que, nos últimos anos, o país já havia destinado menos recursos a saúde e educação, quando comparamos a realidade dos países da OCDE. Por sua vez, os gastos previdenciários representam aproximadamente 2% do PIB – e estes já vinham caindo desde meados do segundo governo FHC –, enquanto os juros tiveram uma alta de mais de 3% do PIB, entre 2015 a 2017, o que nos mostra que não faz sentido atribuir o aumento da dívida pública aos gastos previdenciários, como usualmente é veiculado na mídia e defendido no debate econômico. Na prática, a única real função do congelamento das despesas primárias, principalmente se mantido por todo esse período, será a de promover um desmonte do “Estado de bem-estar social” e ampliar as disparidades socioeconômicas (CARVALHO, 2018; SANTANA; COSTA, 2017).

Com o avanço dessas políticas restritivas combinadas ao processo de impeachment da presidenta Dilma (2016), podemos identificar aqui uma descontinuidade com o padrão de políticas econômicas adotadas nos governos Lula e no primeiro mandato Dilma. Nesse novo cenário, o uso de políticas macroeconômicas de cunho contracionista não se complementam com a adoção paralela de políticas expansionistas que visem a redução dos impactos recessivos na economia. Assim como é presente a redução do papel do Estado como indutor do desenvolvimento econômico.

Nesse processo de desnacionalização, as privatizações ganharam destaque após o Governo Temer anunciar a possibilidade de privatizar 57 empresas que incluem concessões nos setores de transportes, energia, óleo e gás, defesa e segurança, mineração, entre outros. De acordo o Ministério da Economia (2020), esses processos geraram um retorno de R\$ 100,5 bilhões em 2019, que teoricamente deveria ter seus saldos utilizados para pagamento da dívida pública.

Em paralelo com as privatizações, a reforma trabalhista é reforçada como instrumento para elevar a produtividade do trabalho e obter maior formalização. Como resultado, é presente o enfraquecimento da justiça do trabalho em prol de uma maior intermediação entre as relações empregador e empregado, acordos coletivos, a

flexibilização dos horários intermitentes de trabalho, remunerações, contratos de trabalho, dentre outros.

De acordo com o Ipeadata (2020), o número de pessoas ocupadas é maior nos períodos que antecedem a reforma trabalhista; nomeadamente, pelo esforço do Governo Dilma em ampliar a rede de proteção social e do trabalho, fazendo uso da contínua política de valorização do salário mínimo. Após a reforma trabalhista, são notórios os aumentos nas ocupações sem carteira de trabalho assinada. Essa nova característica das ocupações tende a elevar a incidência do trabalho informal e precário (sem garantias trabalhistas e demais benefícios vinculados à seguridade social), implicando em maiores dificuldades de inserção no mercado.

Em suma, as políticas adotadas no período 2015-2018 ficaram muito aquém das expectativas de continuidade do modelo de crescimento estimulado pela demanda agregada, principalmente pela redução do papel do Estado na indução dos investimentos públicos e pela celeridade das políticas neoliberais adotadas, destaca-se os ajustes fiscais; a Reforma Trabalhista; às novas concessões e privatizações; e o projeto de Reforma da Previdência. Todavia, algumas questões ainda precisam ser analisadas, como observado no capítulo 2, a Bahia comporta fortes relações com a dinâmica da economia brasileira, o que nos leva a acreditar que o uso das políticas neoliberais no Brasil impacta também sobre a economia baiana.

Pensando nesse possível alinhamento com o Governo Federal, as próximas seções se destinarão em avaliar os impactos dessas políticas sobre a Bahia, entre os anos de 2011-2018; subdividindo em dois períodos, sendo o primeiro ciclo relacionado ao quadriênio (2011-2014) que se reporta a um período em que a economia brasileira apesar de apresentar continuidades com as políticas adotadas no governo Lula, fez-se também o uso de políticas de caráter contracionista, porém, os efeitos recessivos dessas medidas foram minimizados pelas políticas expansionistas, proporcionando dessa maneira, os níveis de emprego e renda da população. Já o segundo ciclo (2015-2018) configura-se pela ruptura do padrão de desenvolvimento das políticas econômicas e do papel do Estado.

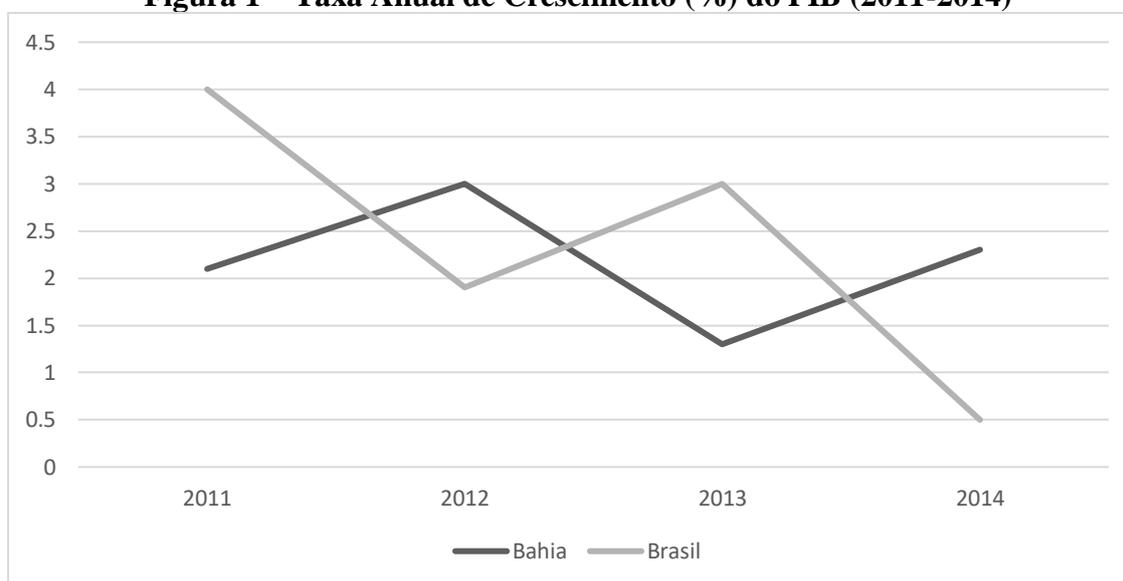
### **3.2 O PRIMEIRO CICLO DA ECONOMIA BAIANA (2011-2014)**

Como discutido anteriormente, o período de 2011-2014 foi marcado pelo baixo nível de crescimento da economia brasileira e pelo uso de políticas restritivas, nas quais se destacam os ajustes fiscais. As ressalvas desse período ficaram por conta da

flexibilidade em alguns instrumentos macroeconômicos, a exemplo da política monetária de redução da taxa de juros básica.

Levando em consideração esse cenário, essa seção se destinará em tentar compreender como essa agenda econômica se desenvolveu no Estado da Bahia, levando em consideração o alinhamento político existente, já que na Bahia o governo reeleito em 2010 (Jaques Wagner) fazia parte da mesma base de apoio político do Governo Federal (Dilma Rousseff - Partido dos Trabalhadores). Para tanto, iniciaremos essa análise a partir da variável produto, no caso, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado da Bahia; seguindo-se, imediatamente, da análise da problemática do emprego.

**Figura 1 – Taxa Anual de Crescimento (%) do PIB (2011-2014)**



Fonte: Elaboração Própria, baseado em: Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – ETENE (2019) e SEI (2011; 2012; 2013; 2014).

Como podemos observar na Figura 1, em consonância com a tendência nacional, a Bahia apresentou em 2011 uma expansão positiva do PIB em 2,1%, com destaque para as atividades de transportes, construção civil e eletricidade e água. No entanto, essa expansão não foi acompanhada pelo setor industrial, que registrou retração nesse período; nomeadamente, as atividades de extração mineral e transformação apresentaram decréscimos de, respectivamente, (-12,6%) e (-0,7%) (SEI, 2011).

Neste mesmo ano de 2011, no que se refere a questão do emprego, deslocando-se do impulso das indústrias de transformação e extrativa mineral, o aumento de postos de trabalho formal ocorreu por consequência do ritmo de crescimento da construção civil (SEI, 2011).

Com esses resultados a Bahia caiu no ranking do PIB nacional, saindo da sexta para a sétima posição em comparação com os demais estados brasileiros. Em 2010 a Bahia representava 4,0% na participação nacional e em 2011 (3,8%), o que representa uma queda de 0,2 pontos percentuais. Essa queda no ranking acabou contribuído também para perda na participação da região Nordeste; saindo de 13,5%, em 2010, para 13,3%, no ano seguinte (SEI, 2011). Vale frisar que a economia baiana representa, em média, aproximadamente 30% na participação do PIB do Nordeste, sendo assim, qualquer oscilação no mesmo impacta na participação da região Nordeste no PIB nacional.

Apesar desse período marcar a perda de posição no ranking nacional, em 2011 houve também uma preocupação do Estado com as reduções das desigualdades territoriais, como exemplo desse redirecionamento, tivemos a criação do Programa Vida Melhor, que tinha como objetivo promover investimentos em municípios de pequeno e médio porte localizados no interior do Estado e em situação de vulnerabilidade econômica, o que incluía áreas urbanas e rurais. Em complemento, o Estado passou a adotar também o Programa Federal “Brasil sem miséria” que, dentre outros objetivos, visava erradicar a pobreza extrema no país. Reafirmando o compromisso socioeconômico de melhora das condições de vida dos baianos (SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, 2011).

No ano de 2012, além de manter as taxas de crescimento positivas, a Bahia ainda apresentou desempenho superior ao nacional (3,0%) frente ao 1,9% do Brasil, contribuindo, por sua vez, no aumento da participação da região Nordeste na composição do PIB nacional – 13,3%, em 2011, para 13,6%, em 2012 (SEI, 2012). Esses resultados foram possíveis dada a expansão do setor de serviços, que vinha apresentando ganhos de participação no PIB baiano, através da retração na indústria de transformação. Como se sabe, a indústria baiana tem perdido espaço na composição da produção estadual desde meados dos anos de 1980; não conseguindo retomar o crescimento vivido nos anos de 1960 e 1970.

No que tange ao biênio (2011-2012), alguns elementos ajudaram no baixo desempenho da indústria de transformação, no qual podemos destacar: as altas cotações do refino de petróleo no mercado internacional que, em complemento com as políticas nacionais de desvalorização do real frente ao dólar, fizeram com que o preço final do petróleo se elevasse em 9,4%, enquanto que o preço dos derivados do petróleo no mercado interno atingiu a média de 5,83%, gerando uma defasagem no resultado da atividade (SEI, 2012).

Para Pessoti et al (2015), o fato da indústria baiana ainda se concentrar nos setores químicos e petroquímicos fez com que as estratégias do governo nacional de não repasse dos aumentos do refino de petróleo para os preços dos derivados impactasse de forma mais expressiva na indústria baiana, principalmente na participação da indústria de transformação no PIB do Estado.

No que se refere ao comportamento do emprego em 2012, o crescimento puxado pela atividade de construção civil, dos anos de 2011, não se sustentou, principalmente pela queda nas atividades ligadas ao setor industrial, como transformação e construção civil que, juntos, eliminaram no mês de dezembro mais de 10.000 postos de trabalho. Apesar dessas perdas, no acumulado do ano (janeiro a dezembro/2012), o setor obteve um saldo de 36.847 empregos formais (SEI, 2012).

Dando continuidade a essas observações, de acordo o CAGED (2012), no mês de dezembro/2012, a Bahia apresentou o pior desempenho frente aos demais estados da região Nordeste, eliminando 16.273 empregos formais; quando a média do Nordeste ficou em 5.634 empregos perdidos para o mês de dezembro. Dessas perdas, as mais expressivas ocorreram no interior do Estado, onde, apesar da admissão de 23.050 pessoas foram demitidas 33.584, resultando em um saldo líquido de 10.534 empregos perdidos. Esses resultados se mostram preocupantes, uma vez que os piores rendimentos da Bahia se encontram fora de Salvador e da RMS, essa eliminação de empregos formais acaba auxiliando na piora do desenvolvimento desses municípios.

Por essas vias, no ano de 2013, a economia baiana, de forma mais visível, passou a refletir a desaceleração da economia brasileira, quando obteve um PIB de 1,3%. Os principais componentes dessa queda foram os setores de agropecuária (-4,5%), seguida da indústria de transformação (-3,3%). Adicionalmente, contrariando esse cenário de retração, o setor de serviços apresentou ganhos de 7,2% em relação a 2010; saindo do patamar de 65%, em 2010, para 72,2%, em 2013 (SEI, 2013).

Nessa conjuntura, houve uma melhora no desempenho do emprego na Bahia, permitindo que, no mês de abril do referido ano (2013), o Estado alcançasse a sétima posição no ranking de saldo do mercado de trabalho formal por unidade federativa (0,59%); obtendo assim variação superior a encontrada no Nordeste (-0,03%) e Brasil (0,49%). Dentre os setores que mais geraram postos de trabalho, proeminentes destaques tiveram as atividades de comércio e construção civil (CAGED, 2013).

Na sequência, as taxas de juros sofreram novos aumentos em 2014 e a economia nacional continuou desacelerando, com mais relevo no setor industrial, que obteve

retração em três segmentos: transformação (-4,7%), construção civil (-2,1%) e eletricidade e água (-1,9%). Na Bahia, além desses três segmentos, verificou-se queda também no segmento de extração mineral (-2,2%) (SEI, 2014).

Nesse contexto, o Brasil apresentou um crescimento negativo de -1,5% e o Estado da Bahia também não saiu incólume, posto que, com baixo crescimento das atividades industriais, o nível de emprego apresentou retração de -3,2% – conseguindo alguma melhora apenas no setor de serviços (2,2%) que ficou à frente do resultado nacional (1,0%) (SEI, 2014; CAGED, 2014).

Todavia, o comportamento da economia baiana no período pode se relacionar também com os gastos públicos (despesas correntes e de capital) do Estado, ou seja, a forma como o governo gasta suas receitas (suas prioridades) pode nos ajudar a compreender os resultados obtidos na produção baiana. Para tanto, serão utilizadas aqui, as informações contidas nos demonstrativos contábeis consolidados do Estado da Bahia (extraídos da Secretária da Fazenda do Estado da Bahia - Portal). Inicialmente, apresentadas na Tabela 3, que aborda de forma resumida o balanço orçamentário do período, incluído as receitas e despesas executadas.

**Tabela 3 - Resultado Orçamentário do Estado da Bahia (2011-2014)**

	2011	2012	2013	2014
Receitas	27.074.535.472	31.986.172.747	35.223.977.256	37.937.830.907
Despesas	27.139.530.002	30.380.176.909	34.237.808.086	36.314.445.128
Superávit/Déficit Orçamentário	(64.994.530)	16.059.958.39	98.616.9170	16.233.857.79

Fonte: Elaboração Própria, baseado em: Secretária da Fazenda do Estado da Bahia (2011; 2012; 2013; 2014).

Como podemos observar, com exceção do ano de 2011, todos os demais anos apresentaram superávit orçamentário. Isso significa dizer, genericamente, que as receitas foram superiores as despesas. Na Bahia, a receita tributária (impostos, taxas e contribuições de melhoria) é a principal fonte de arrecadação do Estado, e, dentre os impostos, o mais importante é o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) que, nesse quadriênio, representou aproximadamente 85% das receitas tributárias do Estado (SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, 2011).

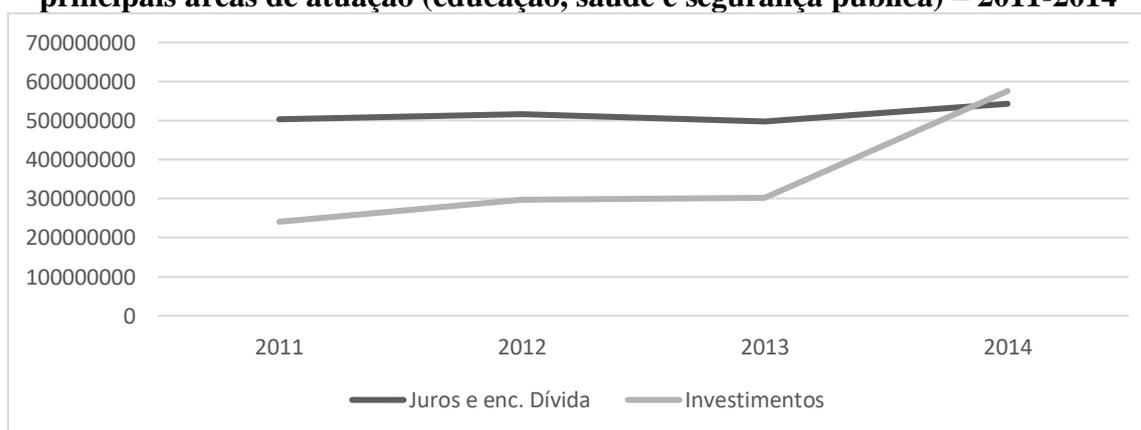
Como esperado, as receitas tributárias têm seu comportamento influenciado pelos cenários internos e externos. Com efeito, no ano de 2011, houve uma queda na arrecadação que, ao que tudo indica, está relacionada aos efeitos da Crise Internacional

de 2008/2009, que desacelerou o consumo dos brasileiros no período em tela. No restante do período, apesar das medidas de austeridade adotadas no governo Dilma, a Bahia ainda conseguiu apresentar um desempenho regular no que tange a arrecadação total.

Além das receitas, é necessário observar também o comportamento das despesas, para que se possa compreender o resultado orçamentário da Bahia no período proposto. Em 2011 tivemos um déficit orçamentário na ordem de R\$ 64.994.530,00. Todavia, é muito comum haver associação de déficits orçamentários a políticas fiscais desastrosas, sendo, portanto, importante destrincharmos como se deu esses gastos (SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, 2011).

No ano de 2011, seguindo a tendência de 2010, houve uma queda nos investimentos nas principais áreas de atuação governamental, sendo elas: educação, saúde e segurança pública. De acordo com a Secretária da Fazenda do Estado da Bahia (2011), a soma desses investimentos foi de R\$ 340.433.515, em 2009; de R\$ 320.883.385, em 2010; e de R\$ 240.844.329, em 2011. Atrelada a baixa execução das receitas de 2011, temos que, desde 2008, contabiliza-se as despesas empenhadas em períodos anteriores nas despesas atuais, o que nos leva a compreender que os déficits nem sempre se relacionam a aumentos dos gastos do governo; uma vez que apenas com a composição das despesas com investimentos percebe-se que na prática o que houve foi uma retração das despesas primárias.

**Figura 2 - Despesas em Juros e encargos da Dívida versus Investimentos nas principais áreas de atuação (educação, saúde e segurança pública) – 2011-2014**



Fonte: Elaboração Própria, baseado em: Secretária da Fazenda do Estado da Bahia (2011; 2012; 2013; 2014).

Os investimentos nessas principais áreas de atuação do governo, mostrada na Figura 2, após o ano de 2011, crescem de maneira muito tímida, com maior intensidade

apenas em 2014, mesmo ano em que temos uma pequena redução dos gastos com juros e encargos da dívida. Nos demais períodos aconteceu o contrário, as despesas com os juros foram superiores aos investimentos nessas áreas, o que nos remete a um possível alinhamento com as políticas monetárias adotadas no Governo Dilma; onde apesar da flexibilização nas taxas básicas de juros entre os anos de 2012-2013, o objetivo das políticas monetárias nunca se distanciaram da priorização dos juros como forma de beneficiar o mercado financeiro, em detrimento dos investimentos em educação, saúde e segurança pública.

Os investimentos produtivos, os quais dependem essencialmente de maiores esforços do Estado para que, posteriormente, haja o engajamento do setor privado, ocorreram de forma mais lenta nesse primeiro quadriênio; sendo a maior parte deles idealizados no último mandato de Jaques Wagner (2011-2014) e desenvolvidos/executados nos governos Rui Costa a partir de 2015, a exemplo do Complexo Acrílico e o Porto Sul, este último só autorizado em 2020.

No entanto, podemos destacar os investimentos em energia eólica, que se desenvolveram no segundo mandato do governador Jaques Wagner. Neles, além de gerar novos empregos formais e atrair novos investimentos privados para o Estado, esses investimentos ajudaram a dinamizar as regiões fora do eixo Salvador/RMS. No mais, repetindo uma tendência de outros períodos, os maiores investimentos em infraestrutura se localizaram em Salvador/RMS, como o complexo viário Imbuí-Narandiba e o sistema de transporte metroviário que atende a Salvador e Lauro de Freitas, ambos inaugurados em 2014 (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA, 2021).

No contexto da continuidade da desaceleração da indústria baiana, surge uma questão relevante e esta tem relação com os saldos positivos do período que vieram do setor de serviços, com ênfase na atividade de comércio. Esse elemento pode ter contribuído para a queda na produtividade média da economia baiana e da própria participação da Bahia na composição do PIB nacional, já que essas atividades apresentam baixo valor agregado e baixa produtividade.

Entrementes, esse baixo dinamismo da indústria baiana também nos mostra o papel restrito do Estado como o promotor dos investimentos produtivos, já que, como vimos até aqui, o investimento público tem o poder de atrair o setor privado para gerar novos investimentos e conseqüentemente, gerar emprego e renda.

Como salientado por Pessoti et al (2015), entre os anos de 2007 e 2013 (período que comporta os dois mandatos de Jaques Wagner a frente do Governo da Bahia) o

crescimento dos novos investimentos industriais não passaram de 7 bilhões, uma vez que boa parte dos investimentos foram na manutenção de plantas já instaladas no Estado, apontando mais uma vez o cenário de retração da indústria baiana.

Não obstante, como foi possível observar, houve poucos investimentos realizados no quadriênio, esse período se caracterizou mais pelo planejamento e propostas de investimentos estruturantes a serem iniciados a partir de 2015, no governo Rui Costa. Nesse sentido, levando em conta o alinhamento político com o Governo Central e a limitação do Estado da Bahia em relação à determinação das variáveis macroeconômicas, o desenvolvimento das políticas econômicas na Bahia ficaram atrelados às diretrizes do governo federal, mesmo que essas medidas, com destaque aos ajustes fiscais, tenham causado desaceleração da economia brasileira, e via de regra, tenderia a afetar de maneira mais incisiva estados e regiões com condições socioeconômicas desfavoráveis.

Todavia, apesar dos resultados deletérios do uso dessas políticas neoliberais, as poucas políticas de caráter expansionista na Bahia, a exemplo dos investimentos produtivos realizados, ajudaram a mitigar os efeitos reversos dessas políticas. Porém, essa lógica não se aplica a todos os cenários econômicos, em períodos de forte retração, não bastam apenas pequenas medidas expansionistas para se controlar os efeitos nefastos das políticas neoliberais, é necessário um reordenamento das políticas econômicas, a fim de que se crie mecanismos de estímulo a demanda agregada. Destarte, essa não foi a opção utilizada pelo Governo Central; destacou-se no segundo quadriênio (2015-2018) a intensificação das medidas restritivas. Sobre esses impactos na economia baiana, nos debruçaremos a seguir.

### **3.3 O SEGUNDO CICLO DA ECONOMIA BAIANA (2015-2018)**

A partir de 2015 um novo ciclo se instaurou no cenário econômico e político no Brasil, caracterizado por Carvalho (2018) como a “panaceia do impeachment”. Nessas discussões, a única solução factível, apresentada para reverter a deterioração fiscal em que a economia brasileira se encontrava foi através da deslegitimação da vitória da presidenta Dilma Rousseff, eleita em 2014, impondo por sua vez, o projeto de austeridade fiscal, na qual se incluíam: as privatizações e novos contingenciamentos dos gastos primários, implicando, por sua vez, em quedas nos principais componentes da demanda agregada (investimentos, consumo, produto e emprego).

Essa decisão, feita de forma antidemocrática, em nada conseguiu melhorar o desempenho da economia brasileira, pelo contrário, os resultados desses movimentos foram a intensificação dos efeitos da crise. Vale ressaltar que apesar da inexistência de recuperação econômica nas propostas de Michel Temer, tais propostas perduram até o final de seu governo, em 2018, se estendendo aos estados e municípios brasileiros.

A questão que se coloca é: qual o impacto dessas medidas sobre economias com condições socioeconômicas desfavoráveis, a exemplo do Estado da Bahia? Para avaliar essa questão, faz-se necessário analisar o desenvolvimento desse novo ciclo (2015-2018) no Estado da Bahia, partindo da mudança no Governo do Estado, com a saída de Jaques Wagner e a entrada de Rui Costa, ambos do Partido dos Trabalhadores.

A mudança do titular, representou a permanência do alinhamento com o Governo Federal, principalmente no que tange a possibilidade de novos investimentos federais para o estado. Todavia, com o passar dos meses e as pressões sobre o afastamento da presidenta Dilma, o alinhamento político entre o Estado da Bahia e Governo Federal parecia se encaminhar para um rompimento. No entanto, como esperado, independente de base partidária, a Bahia permaneceu seguindo as políticas adotadas em nível nacional.

Tais políticas faziam parte da falsa “ponte do futuro” defendida por Temer, que contava com novos ajustes fiscais e que tiveram como resultado a desaceleração da economia brasileira. Com isso, a queda no consumo das famílias baianas também foi impactada. Essa relação pode ser visualizada nos dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI (2015) que mostram uma queda de 3,0% no setor de serviços, com destaque para a atividade do comércio que se reduziu em 9,4%.

Esses números iniciais já alertavam para o que viria nesse período de governo Temer, uma vez que, no primeiro ciclo (2011-2014), o setor industrial baiano apresentou um baixo desempenho e passou a ser “compensado” pela boa atuação do setor de serviços e comércio. Portanto, a queda nesses segmentos indica bem mais que percentuais, mas uma possível queda na renda da população baiana.

Assim como nos demais estados brasileiros, em 2015, houve retração no PIB estadual. De modo que, na Bahia, o desempenho negativo se deu em grande medida pelos setores da indústria (-7,9%) e serviços (-3,0%), ambos superiores à média nacional (-5,8%) e (-2,7%), respectivamente. Sendo assim, a única expansão no período foi no setor agropecuário, com destaque para o cultivo de soja. Como se sabe, nessa atividade, boa parte dos empregos são de natureza informal, sendo regido por acordos relativos a safras, sazonalidade, dentre outras especificidades da atividade (SEI, 2015).

Em 2015, ocorreram alterações substanciais no padrão de geração de empregos formais na Bahia com um aumento na quantidade de desligamentos superior à de admissões, gerando saldos negativos nos postos de trabalho. Essa situação é diferente daquelas observadas em outros períodos mencionados na seção anterior – a exemplo do desempenho do emprego em 2012, onde haviam saldos negativos em algum mês específico. Dessa forma, superado aquele mês em particular, havia novamente o bom desempenho de algum setor que acabava impulsionando a retomada do emprego.

Nesse novo quadro, a Bahia apresentou em 2015 o fechamento de 75.286 postos de trabalho, resultado da diferença entre as 697.449 admissões frente aos 772.735 desligamentos. De acordo o CAGED (2015), houve retração nos setores de construção civil, indústria de transformação, agropecuária, serviços, comércio, dentre outros. Nesse ano, o único saldo positivo foi na administração pública que gerou 482 postos de trabalhos.

**Tabela 4 – Comportamento do Mercado de Trabalho por Gênero e Setor - 2015**

<b>Setor</b>	<b>Homens</b>	<b>Mulheres</b>
Agropecuária, extr. vegetal, caça e pesca	-470	-2.640
Administração pública	745	-263
Serviços	-5.683	-13.883
Comércio	-4.765	-4.801
Construção Civil	-2.659	-31.590
Serviços industriais de utilidade pública	-39	-896
Indústria de transformação	-2.072	-6.061
Extrativa mineral	-16	-193

Fonte: Elaboração própria, baseado em CAGED (2015).

Outro aspecto que chama atenção nesses dados, refere-se ao tipo de admissão e as diferenças por gênero. Nele, encontramos que a maioria das admissões foram entre os homens, com destaque a admissão por reemprego, sendo 390.486 entre os homens e 184.464 entre as mulheres (CAGED, 2015). Seguindo essa linha de raciocínio, foram as mulheres as maiores vítimas do fim dos postos de trabalho, principalmente nos setores de construção civil, serviços e indústria de transformação. Os demais comportamentos do mercado de trabalho podem ser visualizados na Tabela 4 acima.

Em consonância com o comportamento do mercado de trabalho de 2015, em 2016 houve retração no saldo dos postos de trabalhos, dessa vez foram 67.291 postos a menos. Com destaque para os setores de Serviços (-25.377), Construção Civil (-19.783), Comércio (-14.518) e Indústria de Transformação (-5.275); os setores com resultados

positivos foram a agropecuária e a administração pública. Por sua vez, o saldo negativo mais expressivo foi no setor de serviços, onde o número maior de perdas foi entre as mulheres (-16.537), enquanto os homens atingiram (-8.837) (CAGED, 2016). Lembrando que, em outros períodos, o setor de Serviços foi aquele com maiores admissões e crescimento na Bahia

Essa contração no mercado de trabalho reflete o próprio comportamento da economia baiana em 2016, onde a retração do PIB baiano foi ainda mais forte (-6,2%), principalmente pela queda da agropecuária (-23,8%), derivada da seca que atingiu o estado, revertendo por sua vez, o ciclo de expansão apresentado em 2015. Nessa direção, houve novamente reduções nas atividades da indústria (-5,7%) e dos serviços (-4,0%) (SEI, 2016).

No que tange ao setor industrial, em consonância com a economia nacional, houve retração de -11,4% na atividade de construção civil, o que reitera os aportes pós-keynesianos no que se refere a incerteza como elemento central no desenvolvimento das expectativas e na decisão de investir dos agentes, aqui representado pela queda no mercado imobiliário (SEI, 2016).

No ano imediatamente posterior, 2017, houve uma ligeira melhora na agropecuária (7,1) e no setor de serviços (0,2%). No entanto, essa aparente recuperação da agropecuária não pode ser vista de forma isolada, isso porque, juntamente com a indústria, esses setores obtiveram acumuladas perdas de participação na composição da produção do Estado, com destaque para o segmento de transformação, que apresentava a relação CI/VP (razão entre o Consumo Intermediário e o Valor Bruto da Produção) na proporção de 81% em 2002 e 74% (2017). Como mencionado em outras discussões deste trabalho, com a redução da indústria e agropecuária, o setor de serviços passou a ter as maiores parcelas de participações, representando, em 2017, 70,9% da produção baiana (SEI, 2017).

Quando se passou a analisar os resultados sobre o mercado de trabalho baiano, encontrou-se um saldo positivo de 839 postos de trabalho. O que fez com que a Bahia atingisse a décima segunda colocação no ranking nacional de emprego e a quarta no ranking regional. No Nordeste, os Estados do Piauí (4.540), Maranhão (1.221) e Rio Grande do Norte (848) obtiveram melhores desempenhos (CAGED, 2017).

Apesar dos saldos positivos nos postos de trabalho, todos os estados ainda tem um longo caminho na recuperação de suas economias, principalmente com a aprovação da Reforma Trabalhista de 2017 que, em linhas gerais, afastava o extinto Ministério do

Trabalho do julgamento dos litígios entre capital e trabalho; transferindo a responsabilidade dos possíveis acordos exclusivamente para a negociação entre empregadores e empregados – estimulando assim novas formas de contratos que, em muitos casos, não fazem uso da carteira de trabalho, segundo a qual, outrora, era a principal forma de garantir benefícios vinculados à seguridade social.

Em 2018, acompanhando o ritmo baixo de crescimento da economia brasileira, a economia baiana registrou um PIB na ordem de 1,1%, o que em tese não representa um valor exorbitante. No entanto, quando relembremos esse quadriênio repleto de quedas em diversos setores da economia, esse PIB positivo representa uma esperança de retorno do crescimento da economia baiana. Isso inclui o setor industrial que, apesar de ter apresentado quedas no acumulado do ano, no último trimestre, expressou crescimento nas atividades de transformação (influenciada pela alta dos veículos automotores e papel e celulose), água e eletricidade (SEI, 2018).

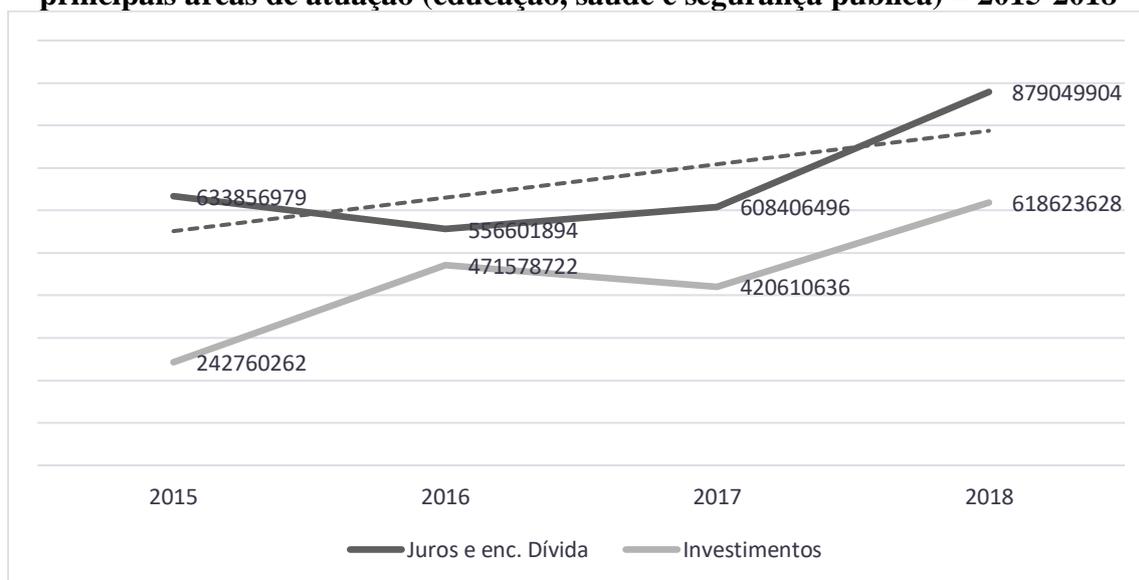
Nesse contexto, houve uma melhora no mercado de trabalho que apresentou um saldo positivo de 28.621 novos postos de trabalho, tendo o setor de serviços como dinamizador dessa recuperação, representando sozinho 20.505 postos; seguido do comércio (1.983) e da indústria de transformação (1.869). Com esses resultados, a Bahia atingiu a quinta colocação no ranking nacional e a primeira na região Nordeste (SEI, 2018).

Apesar desse saldo positivo no mercado de trabalho baiano, a Reforma Trabalhista vem impactando cada vez mais na dinâmica do emprego no Estado. A prova disso são os aumentos das vagas em trabalhos intermitentes e parciais, que geraram, em 2018, mais de 2.500 contratações, o que representa o descolamento do padrão de geração de emprego formal no Estado da Bahia e a expansão da informalidade, que atingiu no ano em questão (55%) (CAGED, 2018).

Essa nova dinâmica também se reflete nas taxas de desocupação, que mostraram em 2018, a dificuldade de inserção da população negra no mercado de trabalho. Temos que, enquanto entre os brancos a taxa ficou em 9,5%, entre os negros esse percentual foi de 14,1%. Se estendermos o período de análise até 2019, encontramos novamente disparidades no que tange as remunerações da população branca e não branca e entre mulheres e homens. Nesse sentido, verifica-se que os homens brancos receberam mais que as mulheres negras, mesmo as mulheres negras apresentando a mesma média de anos de estudo (8 anos) dos homens brancos, respectivamente, R\$ 2.488 (homens brancos) e R\$ 1.286 (mulheres negras) (SEI, 2020).

Além do emprego e do produto é importante destacarmos o comportamento dos gastos públicos do Estado que, seguindo a cartilha neoliberal do Governo Federal (destaque ao contingenciamento das despesas primárias), apresentou nesse quadriênio uma das mais expressivas quedas no que se refere a essas despesas.

**Figura 3 - Despesas em Juros e encargos da Dívida versus Investimentos nas principais áreas de atuação (educação, saúde e segurança pública) – 2015-2018**



Fonte: Elaboração Própria, baseado em: Secretária da Fazenda do Estado da Bahia (2015; 2016; 2017; 2018).

De acordo a Figura 3, na Bahia, os maiores cortes realizados nas principais áreas de atuação (educação, saúde e segurança pública) foram no biênio de 2016-2017. Por sua vez, a queda desses investimentos não foi acompanhada de outras despesas, a exemplo das despesas com juros e encargos da dívida.

Como mencionado anteriormente, quando analisávamos o quadriênio (2011-2014), essas despesas com juros e encargos da dívida se apresentaram em ascendente trajetória, independente do cenário em que se encontre a economia, o que nos sugere a presença de um gasto que tem como fim a remuneração do mercado financeiro, já que se opera com taxas elevadíssimas de juros, não se importando com as condições recessivas em que o país se encontre, ou no impacto negativo sobre a renda e o emprego da população, principalmente em Estados com condições socioeconômicas desfavoráveis.

Vale reforçar que esse aumento de despesas correntes com juros e encargos da dívida não se enquadram no que Keynes abordou como investimentos produtivos, ou seja, investimentos em capital fixo que auxiliem na expansão da demanda agregada. Como

visto no capítulo 1, os gastos públicos com investimentos produtivos são essenciais para dinamizar a economia, principalmente em períodos de estagnação, onde a economia não consegue responder de maneira positiva a medidas excessivamente restritivas, necessitando do estímulo dos componentes da demanda agregada para a retomada do crescimento.

Nesse sentido, seguindo os apontamentos de Keynes (2012), nota-se que foram realizados na Bahia poucos investimentos produtivos no setor de infraestrutura, a exemplo da expansão do metrô e inclusão de novos corredores estruturantes (ambos em Salvador), a recuperação de estradas, implantação de obras de segurança hídrica, a construção de hospitais na capital e no interior; além dos investimentos nos programas de incentivo ao desenvolvimento industrial do estado (SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, 2018).

Para Queiroz et al. (2020), há um grande problema na gestão baiana para enfrentamento da crise, principalmente no que se refere aos investimentos realizados no setor industrial. Segundo os autores, as renúncias fiscais são muito altas para um setor que apresentou desde 2011 queda na participação da produção do Estado, citando por sua vez, os projetos do PROAUTO e o DESENVOLVE, que juntos somaram mais de 9 bilhões em renúncias. Além da crítica às políticas adotadas, os autores sugerem também que esses investimentos deveriam ter se direcionados aos setores de serviços e da agropecuária, os quais abarcam participações maiores na produção estadual.

Em parte, a crítica tem um ponto de lógica quando passamos a olhar a composição do PIB baiano, onde aproximadamente 70% são advindos do setor de serviços. No entanto, o setor industrial compõe a dinâmica dos investimentos produtivos e, em geral, comporta as maiores taxas de produtividade do trabalho, quando comparadas aos setores de serviço e agropecuária. Nesse sentido, o incentivo de novos investimentos nesse setor, considerando também a promoção de manutenções dos centros industriais já instalados, são políticas importantes para que se possa tentar reverter, mesmo que de forma pequena, o processo de desindustrialização vivenciado pela Bahia.

Evidentemente, isso não significa que não se deva investir também nos setores que apresentam crescimento, como o de serviços. Talvez, a crítica real deva ser no porquê de o Estado baiano não desenvolver as políticas pensando nas especificidades do Estado, trazendo à atenção para as regiões fora da RMS, que não se caracterizam pelas atividades industriais. Ou seja, o porquê de não se pulverizar os investimentos produtivos de acordo os setores dinâmicos de cada região.

Vale ressaltar que em todo o quadriênio (2015-2018), dentro da dinâmica dos investimentos produtivos na Bahia, constata-se que não houve um padrão de crescimento; pelo contrário, houve redução de um período para o outro, como ocorreu em 2015, onde o montante de investimentos realizados ficou em torno de R\$ 3.241.530.762,00 e em 2016, seu valor reduziu-se ao montante de R\$ 2.607.418.317,00 (SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, 2015; 2016).

De fato, o Estado passou por um aprofundamento da recessão, uma vez que os elementos que poderiam auxiliar na recuperação da economia foram utilizados de maneira bem simplória, não sendo capazes de gerar emprego e renda suficientes para reverter a Crise. Dessa maneira, essa contração se estendeu também para as receitas líquidas do governo central e estadual. Isso ocorre porque a arrecadação tributária depende do nível de atividade econômica; na presença de cenários recessivos, a arrecadação desses tributos tendem a se reduzir e impactar no resultado primário, ou seja, fica mais difícil, por exemplo, atingir as metas de superávit como expressado pela Tabela 5 (SANTANA; COSTA, 2017).

**Tabela 5 - Resultado Orçamentário do Estado da Bahia (2013-2018)**

	Receitas	Despesas	Superávit/Déficit Orçamentário
2013	35.223.977.256	34.237.808.086	98.616.9170
2014	37.937.830.907	36.314.445.128	16.233.857.79
2015	39.213.169.666	39.435.478.235	(222.308.569)
2016	42.045.806.779	42.762.117.274	(716.310.495)
2017	45.225.610.971	45.570.160.004	(344.549.032)
2018	45.877.354.688	46.797.949.778	(920.595.090)

Fonte: Elaboração Própria, baseado em: Secretária da Fazenda do Estado da Bahia (2013; 2014; 2015; 2016; 2017; 2018).

Como podemos observar, ao final do primeiro quadriênio (2011-2014), apesar da desaceleração vivenciada pela economia brasileira, ainda era presente na Bahia níveis suficientes de arrecadação para que se pudesse manter os superávits primário; mesmo havendo frustrações na arrecadação (receitas previstas maiores que as receitas realizadas). No entanto, a partir de 2015 a arrecadação começou a declinar, principalmente sobre as receitas de capital (operações de crédito e transferência de capital), que foram impactadas pela crise econômica, que, por sua vez, também acabou inviabilizando novas operações de crédito no mesmo ano (SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, 2013; 2014).

Deste modo, o segundo ciclo econômico (2015-2018) comportou, além da queda da receita, o aumento das despesas totais. O que não pode ser associado a uma política fiscal desastrosa, na qual os gastos são feitos de maneira exagerada e sem planejamento. Quando analisamos o resultado orçamentário do Estado da Bahia, encontrou-se que o grande aumento das despesas correntes recaiu sobre os juros e encargos da dívida; já os investimentos nas principais áreas de atuação do Estado, estes se mantiveram sobre a égide de um crescimento vegetativo, contando com alguns períodos de retração. Em suma, os desajustes orçamentários não apresentam relação com o aumento das despesas primárias, não podendo serem usadas para eventuais justificativas para possíveis contingenciamentos (SECRETÁRIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA, 2015; 2016; 2017; 2018).

Ademais, como vimos no decorrer desse capítulo, entre os anos de 2011-2018, a Bahia, análoga ao Governo Federal, fez uso de políticas neoliberais em todo o período, reafirmando o alinhamento entre ambos. Porém, na dobradinha Lula/Dilma e Jaques Wagner (2007-2014), o uso dessas medidas de caráter neoliberal, a exemplo das taxas de juros elevadas e dos ajustes fiscais eram compensados pelo uso de políticas expansionistas/flexíveis: investimentos em infraestrutura pública; valorizações do salário mínimo; políticas de redistribuição de renda; dentre outras. No período Temer *versus* Rui Costa (2015-2018), essa dinâmica passou a se enfraquecer; dando lugar a uma nova reorientação das políticas econômicas, onde tanto as políticas fiscais quanto monetárias tinham viés contracionista.

Na prática, os impactos dessas políticas neoliberais puderam ser vistos na piora das condições de vida da população, destacadamente no final do período de 2017-2018, com suas repercussões depreciativas nos rendimentos dos baianos em 2019. Nessa direção, de acordo a Síntese de Indicadores Sociais (SIS, 2020), em 2019 houve um aumento de baianos com rendimento abaixo da linha de pobreza, aproximadamente 40% se encontravam com rendimento domiciliar abaixo de US\$ 5,50.

Por fim, como esperado, esses elementos não colocaram a Bahia nos moldes do desenvolvimento socioeconômico projetado pelo governo Jaques Wagner em 2010. Seja pelo cenário internacional e nacional do período ou pelas próprias limitações no que tange a execução das políticas econômicas nos estados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como objetivo principal delinear os impactos das políticas neoliberais no Estado da Bahia no período 2011-2018. Para isso, realizou-se um resgate teórico das teorias pós-keynesianas e neoliberais, destacando às discussões referentes ao papel do Estado e das políticas econômicas. Nesse debate, incluiu-se também, os principais impactos das políticas neoliberais nos países centrais e em desenvolvimento e por conseguinte, seus efeitos sobre a economia brasileira nos anos 1990.

Posteriormente, com o esteio deste aporte teórico, a pesquisa se direcionou em compreender os desdobramentos do desenvolvimento das políticas neoliberais no Estado da Bahia. Nessa direção, foi realizado, inicialmente, uma descrição da trajetória da economia baiana. Na qual, abordou-se o processo de industrialização nos anos 1950-1970, enfatizando o auxílio do Estado via investimentos públicos e subsídios. Com esse processo, a Bahia conseguiu apresentar taxas de crescimento ascendentes, mantendo os níveis positivos de produção, mesmo nos anos 1980, quando a economia nacional sofria forte retração.

No entanto, esse cenário de bonança não se manteve após o ano de 1986, fazendo com que a Bahia entrasse em um forte processo de desaceleração, com poucos sinais de melhora nos anos 1990, principalmente pelas políticas econômicas adotadas nos Governos Collor e FHC, nas quais se destacam pelos ajustes fiscais. Essa retração, pode ser visualizada nas condições de vida da população baiana, que no ano de 1999, apresentou taxas baixíssimas de formalização do emprego, assim como o acesso aos serviços e infraestrutura pública (água encanada, rede de esgoto, energia elétrica, dentre outros) ao passo de número elevado de pobres e analfabetos (ALBAN, 2006).

Por sua vez, esses resultados persistiram no decorrer dos anos 2000, mesmo com as mudanças de Governo no âmbito federal e estadual. Nas gestões, Lula/Dilma (2003-2016) *versus* Jaques Wagner (2007-2014) e Rui Costa (2015 – presente), considerando os avanços presentes nas políticas fiscais de expansão dos investimentos públicos e da demanda agregada, ainda foi possível encontrar algumas medidas restritivas em seus mandatos, a exemplo dos ajustes fiscais e da operacionalidade de taxas de juros elevadas, com exceção à redução das taxas de juros básicas incorporadas por alguns meses no Governo Dilma.

Com isso, alguns resultados encontrados nos trabalhos de Alban (2006) para o ano de 1999, puderam ser vistos no ano de 2010 (último Censo Demográfico do IBGE), com

destaque as disparidades de rendimentos e educação. Todavia, apesar da persistência de algumas desigualdades no Estado da Bahia e do uso de políticas neoliberais em consenso com as diretrizes do Governo Central, essas gestões não podem ser consideradas neoliberais, já que contaram com períodos de uso de políticas econômicas que visavam estimular os componentes da demanda agregada (produto, emprego, renda e consumo).

Dessa forma, levando em consideração a avaliação do uso de algumas medidas de caráter neoliberal em suas gestões. No quadriênio (2011-2014), os principais efeitos dos ajustes fiscais na Bahia se deram na queda nos níveis de emprego, principalmente na indústria e nos investimentos públicos nas principais áreas de atuação do Estado: Saúde; Educação; e Segurança Pública. Enquanto isso, os gastos com juros e amortizações da dívida pública, além de apresentarem valores superiores a esses investimentos, se mantiveram em crescimento em todo o período. Em suma, esses resultados representaram desacelerações nos instrumentos macroeconômicos de dinamização da demanda agregada.

Por sua vez, no segundo quadriênio dessa análise (2015-2018), essa dinâmica acaba se rompendo, já que o Estado passa a ter cada vez menos articulação nas decisões econômicas, esse aspecto fica mais evidente, quando passamos a verificar o desenvolvimento das políticas econômicas adotadas no período, nas quais se incluem: os ajustes fiscais mais severos; a reforma trabalhista; as privatizações e concessões, dentre outras.

Essas medidas podem ser consideradas, como reversão a adoção de políticas que visem estimular os componentes da demanda agregada, sintetizados neste trabalho pelos gastos públicos, produto e emprego. Como abordada por Keynes e pela teoria pós-keynesiana, o uso de políticas expansionistas, principalmente as políticas fiscais, ajudam a conduzir a economia a se aproximar do pleno emprego. Destarte, esses gastos deveriam ser realizados de maneira planejada, de tal maneira que a economia não entrasse em possíveis colapsos futuros, desmistificando por sua vez, o discurso neoliberal sobre a ineficácia dos aumentos dos gastos públicos para geração de emprego e renda.

Dos citados gastos governamentais, são elucidativos na teoria keynesiana os investimentos públicos pois trazem diferentes benefícios para a economia, dentre eles pode-se evidenciar o impacto sobre as expectativas dos empresários. Portanto, para determinado grau de incerteza existente nas economias capitalistas, os empresários necessitam de sinais positivos para tomarem suas decisões de investimentos produtivos. Esta importante sinalização pode ser realizada pelo Estado.

Na prática, o que a teoria pós-keynesiana tem mostrado é que os gastos públicos com investimentos estimulam os empresários a investirem, seja na criação de novos produtos ou na ampliação de plantas já existentes. Esse movimento faz com que se tenha a contratação de mão-de-obra, aumento do consumo e da renda, abrindo-se possibilidades para a melhoria nas condições de vida da população. Isso não significa que somente os aumentos dos gastos em investimentos possam resolver todos os problemas da sociedade, pois é necessário também que o Estado crie condições para promover o bem-estar social; por exemplo, promovendo uma Reforma Tributária Progressiva, na qual os ricos seriam taxados de acordo os seus rendimentos, fazendo com que os mais pobres paguem menos impostos. Esse cenário ideal pouco se vê aplicado nos países periféricos cujo traço principal, em cada um deles, tem sido a submissão de suas economias às políticas neoliberais, a exemplo das já citadas elevações das taxas de juros que, em última instância, tem sido a forma mais eficaz para remunerar o capital especulativo.

Com o propósito de conclusão, a pesquisa confirma o agravamento das condições de vida dos baianos, notadamente no segundo ciclo da economia baiana (2015-2018), período em que se adotou os ajustes fiscais por consequências, dentre outros fatores, da Emenda Constitucional número 95, EC. 95/2016 (congelamento dos gastos primários), e da Reforma Trabalhista. No que tange à essas medidas, os efeitos mais visíveis sobre a população baiana foram as elevações dos níveis de desemprego e da pobreza, causados em grande parte pela redução do papel do Estado na economia, a exemplo da restrição dos recursos essenciais à população, como o acesso aos serviços públicos. Nessa direção, houve também a redução da função do Estado como o indutor dos investimentos privados, ocasionando a queda nos níveis de produção, consumo e renda. O que vai ao encontro da hipótese destacada neste trabalho na qual se defende que as políticas neoliberais impactaram de maneira desastrosa na economia baiana e não proporcionaram melhoras das condições de vida da população.

## REFERÊNCIAS

AGUIAR, P. **Notas sobre o enigma bahiano**. Edições da CPE. Salvador, p. 1-30, 1958.

ALBAN, M. O Novo Enigma Baiano, a Questão Urbana-Regional e a Alternativa de uma Nova Capital. **Revista Desenhahia**. Salvador, v.2, n. 4, p.83-100, 2006.

ANDERSON, P. “Balanço do Neoliberalismo”. In: SADER, Emir. (org) **Pós-neoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1995.

ATLAS do desenvolvimento humano no Brasil. **Consulta**. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/>> Acesso em: 04 jun.2020.

AZEVEDO, J.S.G. BAHIA: Setenta anos do enigma baiano ao desafio do crescimento com distribuição de renda: futuro transformado, presente pujante, passado estruturador. In: PESSOTI, G. C. **A economia baiana em análise retrospectiva e perspectiva**. Salvador: CORECON, p. 111– 166, 2015.

BATISTA, P. N. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos. **Caderno Dívida Externa**, n. 6, 2º ed., PEDEX, São Paulo, 1994.

BELLUZZO, L.G.M; ALMEIDA, J.G. **Depois da queda**: a economia brasileira da crise da dívida aos impasses do real. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 2002.

BIANCARELLI, A.M. A Era Lula e sua questão econômica principal crescimento, mercado interno e distribuição de renda. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, n. 58, p. 263-288, São Paulo, 2014.

BRESSER-PEREIRA, L. C. A construção política do Estado. *Lua Nova*, São Paulo, 81: 117-146, 2010.

CAGED, Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. **Boletim Mensal do CAGED 2012**. Salvador, 2012. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/releases\\_mensais/pdf/caged/rel\\_CAGED\\_dez12.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_dez12.pdf)> Acesso em: 04 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim Mensal do CAGED 2013**. Salvador, 2013. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/releases\\_mensais/pdf/caged/rel\\_CAGED\\_abr13.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_abr13.pdf)> Acesso em: 04 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim Mensal do CAGED 2014**. Salvador, 2014. Disponível em: <[http://www.sei.ba.gov.br/images/releases\\_mensais/pdf/caged/rel\\_CAGED\\_abr14.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/releases_mensais/pdf/caged/rel_CAGED_abr14.pdf)> Acesso em: 04 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim Anual do CAGED 2015**. Salvador, 2015. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=651&Itemid=478](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=651&Itemid=478)> Acesso em: 04 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim Anual do CAGED 2016**. Salvador, 2016. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=651&Itemid=478](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=651&Itemid=478)> Acesso em: 04 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim Anual do CAGED 2017**. Salvador, 2017. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=651&Itemid=478](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=651&Itemid=478)> Acesso em: 04 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim Anual do CAGED 2018**. Salvador, 2018. Disponível em: <[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=651&Itemid=478](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=651&Itemid=478)> Acesso em: 04 jan.2021.

CARNEIRO, R. **Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX**. Editora Unesp, 1º ed., São Paulo, 2002.

CARVALHO, F. C. Equilíbrio fiscal e política econômica keynesiana. **Revista Análise Econômica**. Porto Alegre, ano 26, n. 50, p. 7-25, setembro de 2008.

\_\_\_\_\_. Temas de política monetária keynesiana. **Ensaio FEE**, v.15, n.1, p. 33-61. Porto Alegre, 1994.

CARVALHO, L. **Valsa brasileira: Do boom ao caos econômico**. São Paulo. Todavia, 2018.

CORAZZA, G. **Teoria econômica e Estado (de Quesnay a Keynes)**. Tese (Doutorado em Economia) – Fundação de Economia e Estatística. Porto Alegre, 1985.

De TONI, J. **A economia do setor público**. Imprensa Livre, Porto Alegre: 2010.

DATASUS, Ministério da Saúde. **Informações demográficas e socioeconômicas do IBGE, Censo 2010**. Disponível em: <<http://www2.datasus.gov.br/DATASUS/index.php?area=0206>> Acesso em: 04 jun.2020.

DWECK, Esther; TEIXEIRA, R. A. **A política fiscal do governo Dilma e a crise econômica**. Campinas, SP. Texto para Discussão. Instituto de Economia - Unicamp, n. 303, 2017.

EICHENGREEN, B.; LEBLANG D. Capital account liberalization and growth: Was Mr. Mahathir Right?" **NBER Working Paper**, 9427, Cambridge, MA. 2003. Disponível em: <[http://economics.kenyon.edu/Longbrake/Econ339/Eichengreen\\_Barry.pdf](http://economics.kenyon.edu/Longbrake/Econ339/Eichengreen_Barry.pdf)>.

ETENE, Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste. **Conjuntura Estadual – Bahia**. Fortaleza. Banco do Nordeste do Brasil, 2019. Disponível em: <<https://www.bnb.gov.br/etene>> Acesso em: 26 jan.2021.

FILGUEIRAS, L. **O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico**. *Enpublicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales*

y *experiências nacionales*. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Buenos Aires. Agosto, 2006.

GIAMBIAGI, F. et al. **Economia brasileira contemporânea: 1945-2010**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GUERRA, O. F., GONZALEZ, P. Evolução Recente e Perspectivas para a Economia Baiana. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 27, n. 1, 1996.

\_\_\_\_\_. Novas mudanças estruturais na economia baiana: mito ou realidade? **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 32, n. 3, 2001.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HAYEK, F.A. **O caminho da servidão**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010. Disponível em: <<http://rothbardbrasil.com/wp-content/uploads/arquivos/caminhodaservidao.pdf>>

HERMANN, J. Ascensão e queda da política fiscal: de Keynes ao “autismo fiscal” dos anos 1990-2000. In: **Encontro da ANPEC**. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 16 p. 2006.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Brasília: IBGE, 2020. **Consulta**. Disponível em:< [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=desemprego](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego)> Acesso em: 16 set.2020.

\_\_\_\_\_. **Censo demográfico 2010**. Brasília: IBGE, 2011. Disponível em: [https://downloads.ibge.gov.br/downloads\\_estatisticas.htm](https://downloads.ibge.gov.br/downloads_estatisticas.htm)

IPEADATA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Consulta**. Disponível em: <<http://ipeadata.gov.br/beta3/>> Acesso em 06 mar.2020.

KEYNES, J. M. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução Manuel Resende; revisão técnica Alda Couto. – São Paulo: Saraiva, 2012.

LACZYNSKI, P.; PACHECO, R. S. Reformas administrativas e sua continuidade com mudanças de governos: os casos da Bahia e de Pernambuco. In: **II Congresso Consad de Gestão Pública**. Brasília, 2009.

LOPREATO, F.L.C. **ASPECTOS DA ATUAÇÃO ESTATAL DE FHC A DILMA**. Brasília: IPEA, Texto para Discussão, n. 2039, p. 1-52, 2015.

MILANI, C.R.S. **Políticas públicas locais e participação na Bahia: o dilema gestão versus política**. Sociologias: Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 180-214, 2006.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Consulta**. Disponível em: < <https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2019/11/privatizacoes-ja-superam-r-100-bilhoes-em-2019>> Acesso em: 30 dez.2020.

MOLLO, M. L. R. Ortodoxia e heterodoxia monetárias: a questão da neutralidade da moeda. **Economia Política**, v. 24, n. 3, 2004.

OLIVEIRA, C. R.; NOIJE, P. V. A estratégia da política fiscal e os impactos sobre as finanças públicas no Brasil: 2003-2017. In: **Anais do XII Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira**. Anais...Campinas –SP: IE-UNICAMP, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/akb/172658-A-ESTRATEGIA-DA-POLITICA-FISCAL-E-OS-IMPACTOS-SOBRE-AS-FINANÇAS-PUBLICAS-NO-BRASIL--2003-2017>> Acesso em 30 dez.2020.

ORTEGA, A. C.; CERQUEIRA, C.A.; SILVA, F.P.M. As Políticas públicas de desenvolvimento no estado da Bahia: evolução e características. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M.J.S. **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual: um estudo de caso da Bahia**. Brasília: IPEA, p. 55-84, 2016.

PESSOTI, G. C.; et al. Os ciclos econômicos da Bahia: análise retrospectiva e perspectiva – 1975-2020. In: PESSOTI, G. C. **A ECONOMIA BAIANA EM ANÁLISE RETROSPECTIVA E PERSPECTIVA**. Salvador: CORECON, p. 167 – 218, 2015.

PEREIRA, A.S. Uma avaliação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado da Bahia (2007-10). **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.47, n.1, p. 177- 203, 2013.

PIRES, M. C. A Nova Ordem Mundial e o Consenso de Washington. **Novos Rumos**, n. 45, p. 20-29. São Paulo, 2006.

PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Ranking IDHM Unidades da Federação 2010. **Consulta**. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/>> Acesso em: 30 dez.2020.

PORTAL OFICIAL DO ESTADO DA BAHIA. **Consulta**. Disponível em: <<http://www.bahia.ba.gov.br/>> Acesso em: 04 jan.2021.

PRATES, D. M. **Crises financeiras nos países “emergentes”**: uma interpretação heterodoxa. Tese (Doutorado em Economia) – Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Economia, Campinas, 2002.

PRONI, M.W. **Observações sobre a questão social no Brasil**. Campinas: CESIT, n. 36, p. 1-21, jul./dez. 2017.

SANTANA, P.M; COSTA, L.S.S. As políticas fiscal e monetária do Brasil no Governo Temer: Deterioração da situação fiscal e recessão econômica. **Bahia Análise & Dados**. Salvador, v.27, n.2, p. 175-89, 2017.

SANTOS, B.M.D. **A discussão da(s) desigualdade(s) no capitalismo**: uma análise do estado da Bahia – 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, Vitória da Conquista, 2017.

SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO DA BAHIA. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado 2011**. Salvador, 2011. Disponível em: < <https://www.sefaz.ba.gov.br/> > Acesso em: 30 dez.2020.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado 2012**. Salvador, 2012. Disponível em: < <https://www.sefaz.ba.gov.br/> > Acesso em: 30 dez.2020.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado 2013**. Salvador, 2013. Disponível em: < <https://www.sefaz.ba.gov.br/> > Acesso em: 30 dez.2020.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado 2014**. Salvador, 2014. Disponível em: < <https://www.sefaz.ba.gov.br/> > Acesso em: 30 dez.2020.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado 2015**. Salvador, 2015. Disponível em: < <https://www.sefaz.ba.gov.br/> > Acesso em: 30 dez.2020.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado 2016**. Salvador, 2016. Disponível em: < <https://www.sefaz.ba.gov.br/> > Acesso em: 30 dez.2020.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado 2017**. Salvador, 2017. Disponível em: < <https://www.sefaz.ba.gov.br/> > Acesso em: 30 dez.2020.

\_\_\_\_\_. **Demonstrações Contábeis Consolidadas do Estado 2018**. Salvador, 2018. Disponível em: < <https://www.sefaz.ba.gov.br/> > Acesso em: 30 dez.2020.

SEI, Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. **Boletim – PIB Anual**. Salvador, 2011. Disponível em: < [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2133&Itemid=299](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2133&Itemid=299) > Acesso em: 26 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim – PIB Anual**. Salvador, 2012. Disponível em: < [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2133&Itemid=299](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2133&Itemid=299) > Acesso em: 26 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim – PIB Anual**. Salvador, 2013. Disponível em: < [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2133&Itemid=299](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2133&Itemid=299) > Acesso em: 26 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim – PIB Anual**. Salvador, 2014. Disponível em: < [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2133&Itemid=299](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2133&Itemid=299) > Acesso em: 26 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim – PIB Anual**. Salvador, 2015. Disponível em: < [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2133&Itemid=299](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2133&Itemid=299) > Acesso em: 26 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim – PIB Anual**. Salvador, 2016. Disponível em: < [https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2133&Itemid=299](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2133&Itemid=299) > Acesso em: 26 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim – PIB Anual**. Salvador, 2017. Disponível em: <  
[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2133&Itemid=299](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2133&Itemid=299)> Acesso em: 26 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Boletim – PIB Anual**. Salvador, 2018. Disponível em: <  
[https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2133&Itemid=299](https://www.sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2133&Itemid=299)> Acesso em: 26 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Panorama socioeconômico da população negra da Bahia**. Texto para discussão, Salvador, n. 17, 2020. Disponível em: <  
[http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos\\_discussao/texto\\_discussao\\_17.pdf](http://www.sei.ba.gov.br/images/publicacoes/download/textos_discussao/texto_discussao_17.pdf)> Acesso em: 26 jan.2021.

\_\_\_\_\_. **Índices de performance econômica e social da Bahia**. Salvador: SEI, v. 1, 2013. Disponível em: <  
[https://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores\\_especiais/pdf/ipe\\_ips/analise\\_dos\\_resultados.pdf](https://www.sei.ba.gov.br/images/indicadores_especiais/pdf/ipe_ips/analise_dos_resultados.pdf)> Acesso em: 30 dez.2020.

**SIS. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2020 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais.** - Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <  
<https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101760.pdf>> Acesso em: 26 jan.2021.

SNOWDON, B; VANE, H. R. **Modern Macroeconomics Its Origins, Development and Current State**. Edward Elgar, 2005.

SPINOLA, N. D. **A trilha perdida: caminhos e descaminhos do desenvolvimento baiano no século XX**. Salvador: Editora Unifacs, 2009.

TCU, Tribunal de Contas da União. **Consulta**. Disponível em:  
 <[https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas\\_governo/contas\\_2009/Textos/Ficha%209%20-%20PAC.pdf](https://portal.tcu.gov.br/tcu/paginas/contas_governo/contas_2009/Textos/Ficha%209%20-%20PAC.pdf)> Acesso em: 25 dez.2020.

TERRA, F.; FERRARI FILHO, F. As Políticas Econômicas em Keynes: Reflexões para a Economia Brasileira no Período 1995-2011. In: **Encontro Nacional de Economia ANPEC – Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**. Natal-RN, p. 1-19, 2014.

TEIXEIRA, F.; GUERRA, O. 50 anos da industrialização baiana: do enigma a uma dinâmica exógena e espasmódica. **Bahia Análises & Dados**, Salvador: SEI, n. 1, v. 10, jul., p. 87-98, 2000.

QUEIROZ, F.A; et al. A Bahia não é só salvador: uma análise do desenvolvimento econômico desigual no estado. **Revista Científica do Sertão Baiano**, Capim Grosso-BA: FCGBA, v. 01, n. 1, jul., p. 9-21, 2020. Disponível em: <  
<http://www.fcgba.com.br/revista/index.php/1/article/view/5/2>>